

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS - CCJE
FACULDADE NACIONAL DE DIREITO - FND

**SE A ROCINHA, SE A ROCINHA FOSSE NOSSA:
O CONTROLE SOCIAL DA POLÍCIA E DO TRÁFICO NA ROCINHA**

ANTONIO FELIPE BRITO FERNANDES

RIO DE JANEIRO

2024

ANTONIO FELIPE BRITO FERNANDES

SE A ROCINHA, SE A ROCINHA FOSSE NOSSA: O CONTROLE SOCIAL DA
POLÍCIA E DO TRÁFICO NA ROCINHA

Monografia de final de curso, elaborada no âmbito da graduação em Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para obtenção do grau de bacharel em Direito, sob a orientação da **Professora Dr^a Mariana Trotta Dallalana Quintans.**

RIO DE JANEIRO

2024

CIP - Catalogação na Publicação

F635s Fernandes, Antonio Felipe Brito
 Se a Rocinha, Se a Rocinha fosse nossa: o
 controle social da polícia e do tráfico na Rocinha /
 Antonio Felipe Brito Fernandes. -- Rio de Janeiro,
 2024.
 71 f.

 Orientadora: Mariana Trotta Dallalana Quintans.
 Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
 Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
 Nacional de Direito, Bacharel em Direito, 2024.

 1. Necropolítica. 2. Racismo. 3. Controle Social.
 4. Favela. 5. Escrivência. I. Quintans, Mariana
 Trotta Dallalana, orient. II. Título.

ANTONIO FELIPE BRITO FERNANDES

SE A ROCINHA, SE A ROCINHA FOSSE NOSSA:
O CONTROLE SOCIAL DA POLÍCIA E DO TRÁFICO NA ROCINHA

Monografia final apresentada ao Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas e a Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como pré-requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Data da Aprovação: 04 de julho de 2024.

Banca Examinadora:

Mariana Trotta Dallalana Quintans
Orientadora

Thayla Fernandes da Conceição
Membro da Banca

Philippe Oliveira de Almeida
Membro da Banca

RIO DE JANEIRO

2024

À minha mãe, Maria de Fátima, e a todos os moradores da Rocinha que sonham em ter uma vida melhor.

Agradecimentos

Chegar até aqui não foi e não está sendo fácil, mas, felizmente, não cheguei sozinho. Cada passo que dou é marcado por diversas outras mãos que me ajudam a continuar a conquistar meus sonhos. O sonho do menino cearense, que veio morar no Rio de Janeiro, lugar que nunca imaginaria estar, devido ao meu vínculo afetivo com minha mãe, só cresce e continua a florescer nesse mar de gente linda que passa e passou em minha vida.

Agradeço aos meus ancestrais, meus guias, a Seu Zé, à pombagira Rosa Vermelha, a meu pai Jagun e minha mãe Yemanjá e todos os Orixás que com muito Asè me dão a proteção e a sabedoria necessárias para enfrentar os desafios da vida.

À minha mãe, Maria de Fátima, por ser minha estrutura, por me dar o pão de cada dia, me ensinar a ser forte, me educar e me mostrar sempre o melhor caminho.

À minha família, meu pai Edmilson (*in memorian*), minha avó Maria (*in memorian*), irmãs e irmão - Karolayne, Karoline, Karine, Camila, Tamires (*in memorian*) e Rodrigo, sobrinhos - , tias e primos por sempre acreditarem em mim.

Ao meu padrinho Otalício, por me ensinar sobre a vida, me ajudar a alcançar meus objetivos e me mostrar que a fé te alimenta.

À minha madrinha Helena por ser apoio e força em tantos momentos para mim e minha família.

Aos meus amigos e amigas que sempre estão comigo me incentivando e sendo essa ponte linda para a felicidade.

À minha mãe de santo, Michelle, por cuidar do meu Orí e ser essa fonte de segurança e amor.

À minha família de Asé, da Casa da Oxum, de Jurema e Nicinha, que me fortalecem com palavras e ações.

À minha amiga Ana Karla, especialmente, por me mostrar que eu posso sempre ir mais longe, pelos momentos lindos que vivemos e por ser inspiração para tantas pessoas.

À minha comadre, amiga e irmã de santo, Michelle, por ter me escolhido como padrinho do Nilo e por ser essa mulher inspiradora.

A todos os meus professores, em especial da minha escola EEEP Isaías Gonçalves Damasceno, que fazem e fizeram parte da minha formação desde o ensino primário ao ensino superior, agradeço por todo o conhecimento e experiências compartilhadas.

Ao CACO, centro acadêmico histórico que me impulsiona a lutar pelos direitos dos estudantes e sua permanência na FND.

À Liga Acadêmica de Ciências Criminais da UFRJ, por me proporcionar um aprofundamento nos estudos dessa área tão complexa e importante para a sociedade.

Ao NAJUP Luíza Mahín, por me acolher na FND, ser um espaço de troca e aprendizado com os movimentos sociais e me mostrar que o Direito insurgente é a melhor ferramenta de combate ao que o próprio Direito nos submete.

Ao NUTH e à Defensoria Pública por me ensinar e incentivar a lutar pelos direitos humanos e especialmente à minha supervisora e defensora pública Adriana Bevilacqua.

Ao T.R.A.M.A, projeto lindo de muita troca de afeto e construção coletiva.

À bateria Rabugenta por me trazer alegria e grandes amizades.

À minha orientadora Mariana Trotta por ser inspiração de professora, mãe e advogada popular, incansável na luta diária por um mundo mais justo.

Agradeço também à política de cotas, que me possibilitou ingressar em Direito na melhor universidade do Brasil.

Às Brigadas Populares, movimento de luta em que sou militante e que me faz acreditar na transformação da sociedade.

Ao Pré-Vestibular Comunitário da Rocinha, por me mostrar que a educação popular muda vidas.

Ao Só Cria da Rocinha por me incentivar na luta pela educação.

À Rocinha por me acolher e ser minha morada.

RESUMO

O presente trabalho objetiva demonstrar como a presença do tráfico e da polícia, especificamente a UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), operam o controle social na Rocinha. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma metodologia qualitativa como estratégia de coleta de dados e por meio da minha escrivência. Dessa forma, a partir da favela, busca-se analisar a estrutura de poder desse controle e sua influência no cotidiano. Ademais, a dimensão espacial da Rocinha também será objeto utilizado para entender como esse controle se organiza materialmente. Nesse sentido, o material coletado será utilizado como base para avaliar os reflexos desse controle social na vida dos moradores pesquisados de uma das maiores favelas da América Latina¹.

Palavras-chave: controle social; favela; necropolítica;

¹ Segundo o Censo de 2022, do IBGE, a Rocinha possui 30.955 domicílios, ocupando a segunda posição entre as maiores favelas do Brasil.

ABSTRACT

This paper aims to show how the presence of drug trafficking and the police, specifically the UPP (Pacifying Police Unit), operate social control in Rocinha. The research was carried out using a qualitative methodology and participant observation as a data collection strategy. Thus, from the favela, we seek to analyze the power structure of this control and its influence on daily life. In addition, the spatial dimension of Rocinha will also be used to understand how this control is organized materially. In this sense, the material collected will be used as a basis for evaluating the effects of this social control on the lives of the residents surveyed in one of the largest favelas in Latin America.

Keywords: social control; favela; necropolitics;

*Eu só quero é ser feliz
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é
E poder me orgulhar
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar*

*Minha cara autoridade, eu já não sei o que fazer
Com tanta violência eu sinto medo de viver
Pois moro na favela e sou muito desrespeitado
A tristeza e a alegria aqui caminham lado a lado*

*Eu faço uma oração para uma santa protetora
Mas sou interrompido a tiros de metralhadora
Enquanto os ricos moram numa casa grande e bela
O pobre é humilhado, esculachado na favela
Já não aguento mais essa onda de violência
Só peço à autoridade um pouco mais de competência*

*Diversão hoje em dia, não podemos nem pensar
Pois até lá nos bailes eles vem nos humilhar
Fica lá na praça que era tudo tão normal
Agora virou moda a violência no local*

*Pessoas inocentes que não tem nada a ver
Estão perdendo hoje o seu direito de viver
Nunca vi cartão postal que se destaque uma favela
Só vejo paisagem muito linda e muito bela*

Quem vai pro exterior da favela sente saudade

O gringo vem aqui e não conhece a realidade

Vai pra zona sul pra conhecer água de côco

E o pobre na favela vive passando sufoco

Trocaram a presidência, uma nova esperança

Sofri na tempestade, agora eu quero a bonança

O povo tem a força, precisa descobrir

Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui

Vamo lá, quero ouvir

Eu só quero é ser feliz

Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é

E poder me orgulhar

E ter a consciência que o pobre tem seu lugar, é

Eu só quero é ser feliz

Feliz, feliz, feliz, feliz onde eu nasci (Han!)

E poder me orgulhar

E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

E poder me orgulhar

E ter a consciência que o pobre tem seu lugar

(Cidinho e Doca)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Vista superior da Rocinha com marcação pessoal	30
Gráfico 1 -	Qual área da Rocinha você mora?	35
Gráfico 2 -	Com qual cor/ raça você se identifica?	36
Gráfico 3 -	Qual seu grau de escolaridade?	36
Gráfico 4 -	Você mora na Rocinha desde sempre?	37
Gráfico 5 -	Você já sofreu alguma violência policial?	38
Gráfico 6 -	Você já presenciou algum confronto entre a polícia e o tráfico na Rocinha?.....	39
Gráfico 7 -	Você já foi vítima de algum episódio de racismo?	39
Gráfico 8 -	Você já foi parado pela polícia na Rocinha ou São Conrado?	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A ROCINHA NA MIRA DA POLÍCIA E DO TRÁFICO.....	16
2.1 Controle social e poder nos becos, ruas e vielas.....	18
3. POLÍCIA: INSTRUMENTO DE SEGURANÇA OU DE MORTE?.....	20
3.1 O processo de militarização da polícia.....	24
3.2 Violência e Institucionalização.....	26
3.3 Necropolítica do controle.....	30
4. TRÁFICO: CONTROLE SOCIAL E TERRITORIALIDADE.....	32
4.1 Proibido filmar o baile: regras internas da favela.....	37
5. DEIXA O MORADOR FALAR: “EU VEJO COMO UM PODER POLÍTICO PARALELO. UMA CONSEQUÊNCIA NÍTIDA DO CAPITALISMO”.....	39
6. EDUCAÇÃO POPULAR RUMO AO DESCONTROLE SOCIAL NA ROCINHA.....	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58
ANEXOS.....	64

1. INTRODUÇÃO

Rocinha, Rio de Janeiro. A já considerada maior favela da América Latina, localizada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, vive emaranhada no convívio social com a presença da polícia e do tráfico. No meu imaginário e dos moradores aqui entrevistados, olhar para a Rocinha para além desses agentes é potencializar na educação tudo que a favela tem a nos oferecer.

Entretanto, dada a situação da violência na cidade do Rio de Janeiro que se confunde com sua própria história (BATISTA, 2003), analisa-se a atual política de segurança pública, como a massificação crescente do crime frente à falta de políticas públicas de combate à pobreza, mas que se contrapõem com o amplo campo de investimento no armamento das polícias, assim demonstra os dados do Dossiê Orçamentário - De Olho na Alerj de 2023, criado pela Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial (IDMJR). Desse modo, a lógica de combate ao crime organizado pelas constantes operações policiais nas favelas, como a Rocinha, com a justificativa da “guerra às drogas” apenas reafirma a condição de marginalização que está o Rio de Janeiro. Um Estado marcado pelo controle acelerado da milícia e do tráfico no cotidiano da população carioca e fluminense.

Nesse íterim de medo generalizado, é oportuno questionar como objetivo central a forma que esse controle social se dá na vida dos moradores. Ainda, a presente pesquisa pretende apresentar, de forma inicial e exploratória, como esse controle afeta diretamente o dia a dia dos moradores de uma das maiores favelas da América Latina: a Rocinha, a partir inicialmente da visão das pessoas que vivenciam diariamente a dinâmica do controle do tráfico em consonância com a atuação da polícia por entre os becos, ruas e vielas.

É por essa relação de convivência da polícia e do tráfico na Rocinha que se pretende traçar como esse domínio do tráfico é exercido e quais são as consequências envolvidas que confluem na permanência desse controle mesmo com a notória presença da polícia, especificamente da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Rocinha. Traçando esse paralelo, será possível entender, mesmo que parcialmente, a

figura do Estado, exercido pela polícia, em uma junção comum de forças que se auxiliam e manipulam o controle social e a violência na frente de segurança por eles praticada.

Desse modo, a investigação também buscará meios de conseguir entender o *modus operandi* da polícia e do tráfico pela manutenção do não confronto, com vistas a evitar conflitos. A geografia física nas ruas e vielas também serão objeto de estudo para a pesquisa, pois são marcadores potenciais da forma como o controle social da polícia e do tráfico se manifesta e se mantém de forma mútua na favela da Rocinha. O exemplo destacado das ruas paralelas denominadas de Via Ápia - rua principal da Rocinha - e do Boiadeiro compõem uma forte evidência do controle de segurança aplicado virtualmente, de forma indireta, sobre a realidade.

Nesse norte apontado, a minha visão enquanto morador da Rocinha também será colocada, referenciando-se à experiência vivenciada diariamente, desde a vinda à favela, motivo esse também de escolha do tema para a pesquisa. Além de objetivar a análise das respostas dos moradores sobre a presença da polícia e do tráfico na favela.

Entender a dinâmica da favela por si só não é uma tarefa fácil, mas essa compressão pode ser melhor analisada quando vivenciada de perto, enquanto morador. Desse modo, depois dessa breve análise sobre o controle social na Rocinha, direciono neste tópico do capítulo a minha visão, que tem total relação com a escolha desse tema para o presente trabalho.

Assim, escrevo em primeira pessoa, para que se possa compreender da melhor forma sobre a realidade em que vivo, ou vivemos, na Rocinha. Sabemos que a realidade imposta pelo capitalismo no mundo é de extrema desigualdade social. O Brasil como um país imerso no capitalismo não foge disso, nossa história é marcada por um processo histórico escravagista que perdura até hoje de diferentes formas, em que a violência é tomada como ação de controle sobre a população. É nesse contexto social que me coloco como morador da Rocinha e que como muitos que vivem na Rocinha são migrantes vindos das regiões Norte e Nordeste, buscando a favela como um lugar acessível para uma vida melhor em meio à cidade do Rio de Janeiro.

Ao chegar aqui no Rio de Janeiro em 2019 e vindo morar, depois de 2 meses já na cidade, na Rocinha, minha vida foi se moldando conforme o ritmo da favela. Morar na Rocinha é desafiador, mas também é um lugar marcado por uma diversidade enorme de expressões sociais, culturais e artísticas que revelam uma comunidade muito viva, para além dos estereótipos que a Mídia nos direciona sobre um lugar violento, comandado pelo tráfico e sem perspectiva. A Rocinha é movimento, a vida não pára para quem mora aqui. A constante movimentação dos mototáxis, o comércio 24h, a ida e vinda de moradores, tudo isso mostra como é a rotina dentro da favela.

É nesse lugar, é na favela, que eu, cearense, nascido em São Benedito, me percebo no mundo e me encontro. Nesse sentido, também vejo e vivencio como a vida na Rocinha é marcada pela presença tanto da polícia como do tráfico. Assim que cheguei aqui pela primeira vez, não vi armas nem violência, mas conforme fui conhecendo os espaços, me inserindo nos projetos da favela e entendendo a dinâmica como morador, reconheci que aqui existe um sistema bem definido de forças que controlam, mesmo que indiretamente por vezes, o cotidiano.

A primeira vez que vi uma boca de fumo, não me surpreendi, parecia mais um comércio ambulante como os outros, composta de uma mesinha, e drogas bem organizadas, além de um banner com os preços tabelados. Nessas bocas tinham meninos, a maioria jovens negros, que estavam armados, como se protegessem a venda. Depois de um tempo, essa realidade se tornou comum, ao longo desses anos que moro na Rocinha, nunca tive nenhum conflito com o tráfico, eles são uma força de comando dentro da favela e seu domínio permanece conforme regras intrínsecas repassadas oralmente entre os moradores. Minha irmã, por exemplo, antes mesmo de entrar na Rocinha, me alertou para não tirar fotos e não ficar olhando as pessoas envolvidas no tráfico.

Dessa forma, a partir dessa análise pessoal percebida pela ausência de políticas sociais do Estado nas favelas, como a falta de investimento público em saneamento básico na Rocinha, pode-se entender como o controle social do tráfico de drogas e a atuação da polícia se dá na favela da Rocinha, no estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, é perceptível como as normas sociais de convívio e de regulação moral estabelecidas pelo imaginário e percebidas na realidade dos moradores da comunidade

se manifestam como forma de controle da vida dessas pessoas. O controle social na repressão de direitos é pautado, principalmente, por diversas e diferentes formas de violência aplicadas contra quem vive na Rocinha, um Estado necropolítico.

As manifestações normativas que disciplinam os corpos periféricos em ambientes dominados pelo tráfico, como a Rocinha, e que no caso específico, assim como também o controle policial por meio da unidade de polícia pacificadora (UPP), toma formas diferentes e semelhantes dentro do mesmo espaço geográfico e imaginativo das pessoas. A diferença pelo espaço geográfico se dá, notadamente, mediante análise empírica na Rocinha, pela divisão de setores em que o tráfico domina e outros que são controlados pela polícia. Os espaços de maior circulação de pessoas são os que a polícia mantém, diariamente, a sua atuação, já entre os becos e espaços menos acessíveis o controle do tráfico é mais evidente. Dessa forma, percebe-se como a dominação dos espaços acaba ultrapassando o limite do ambiente físico das ruas e chega na construção de uma visão de normas de controle morais na população da Rocinha, exemplificadas por determinados comportamentos que devem ser seguidos.

A percepção desse controle social tanto do tráfico quanto da polícia é justificada por diversos fatores. No caso da polícia, há uma separação clara na forma como os agentes do Estado agem dentro da comunidade, para que conflitos não surjam e a violência da “guerra” às drogas não seja instaurada cotidianamente. Em relação ao tráfico, os ritos de controle são percebidos nas relações sociais com os moradores, há certos padrões que devem ser seguidos, virando símbolos dessa forma de manutenção da vida cotidiana, como analisa o antropólogo Clifford Geertz (2022) ao entender que as culturas são entrelaçadas por simbolismos que acabam moldando seu estilo de vida.

O controle da polícia e do tráfico gera, como pode-se perceber pelos simbolismos e pela reação a esse controle, medidas que acabam interferindo nos direitos dos moradores da favela da Rocinha, principalmente em relação ao direito ao bem-estar social garantido pelo Art. 193 da Constituição Federal com vistas à ordem social, que acaba sendo esquecido pelas violências empregadas diariamente pela polícia e pelo controle do tráfico.

Certo também que tal controle é efetuado não apenas no campo concreto, mas sobretudo no simbólico. A escolha pelo termo “pacificadora” não deve ser naturalizada, na medida que se insere em um contexto de controle ativo de uma população fortemente marginalizada. Na Rocinha, o contexto de criminalização da pobreza tem se intensificado com a constante “troca de favores” que se estabelece entre a polícia e o tráfico no território. Nesse sentido, a análise qualitativa do controle social aplicado aos moradores, a partir de sua própria realidade, é capaz de identificar as condições que favorecem esse íterim de violência programada pelo Estado e pelas forças de comando do tráfico.

Assim, a metodologia inicial será um levantamento bibliográfico sobre o controle social, por meio de uma abordagem qualitativa, aprofundando a pesquisa sociojurídica a partir da minha escrivência (EVARISTO, 2020), além de relatos pessoais e notoriamente das respostas de um questionário online aplicado aos moradores, de forma empírica e multidisciplinar.

Inicialmente, será feita uma análise histórica da criação das polícias até o domínio do tráfico nas favelas e como esses momentos se conectam dentro da realidade do Rio de Janeiro. Ademais, será apresentado o modo de atuação da polícia nas favelas e do tráfico, onde o controle dos moradores é diretamente envolvido. Posteriormente, serão detalhados apontamentos entre o impacto do território na construção do controle da polícia e do tráfico na Rocinha. Finalmente, teremos um aporte qualitativo e quantitativo do questionário aplicado aos moradores dimensionando a nossa visão por dentro da favela. Para tratar do descontrole social que aponte anteriormente, mencionarei projetos de educação popular que vêm colocando jovens e adultos da Rocinha nas universidades, como um contraponto ao estado de controle que a polícia e o tráfico impõem.

2. A ROCINHA NA MIRA DA POLÍCIA E DO TRÁFICO

A história da Rocinha é marcada pela força do povo nordestino que construiu e ergueu uma das maiores favelas da América Latina. No entanto, no morro de um povo que veio em busca de uma vida melhor, a intensificação das desigualdades e as

crises econômicas que o Brasil vivenciou ao longo das últimas décadas do século XX culminaram com o aumento da violência e a tomada do tráfico ao longo dos anos por dentro da Rocinha (NEIVA, 2021).

A Rocinha, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, é formada por diversas ruas, como a Estrada da Gávea, Via Ápia, Rua 1, Rua 2 e Boiadeiro, além de vielas e becos por toda sua dimensão. É por entre esses becos que encontramos a presença marcante dos traficantes e nas ruas principais, como a Via Ápia e Estrada da Gávea, os carros da UPP são frequentemente encontrados. Tal disposição revela bem como esse controle social é vislumbrado na favela e seus reflexos sobre o dia a dia dos moradores.

A respeito da atuação da UPP sobre a rotina dos moradores, Burgos et al (2011, p. 73) abordam:

Quando se pensa a respeito do efeito UPP na rotina dos moradores é importante considerar que o principal bem que está em jogo é a liberdade, e esta, para existir em um contexto de igualdade e de democracia, pressupõe que o direito seja o único referente aceitável para definir o sistema de regras e de sanções vigentes no local. Por isso, considerando o alto grau de exposição das populações das favelas ao que se tem caracterizado como “sociabilidade violenta”, isto é, uma sociabilidade regulada pela “lei do mais forte”, ganha especial relevância conhecer melhor como os moradores das favelas vêm percebendo a atuação da polícia, seja no que se refere aos limites inerentes ao uso do monopólio da violência legítima, seja enquanto agente sancionador de regras que permitam que as expectativas se estabilizem em torno de parâmetros universalistas, que são, afinal, fundamentais para assegurar um padrão de sociabilidade propiciador da liberdade individual.

Ademais, salienta-se também o domínio do tráfico na cidade do Rio de Janeiro ao longo do século XX, evidentemente com o crescimento das forças de comando, organizadas por todo o território nacional e que se espalham ao longo do espaço carioca. Desde a ampliação das facções dentro dos presídios, a presença do tráfico acabou se espalhando e invadindo os territórios mais vulneráveis: as favelas. Na Rocinha, o controle atual do Comando Vermelho (CV) vem, juntamente com a instalação da UPP, equilibrando o controle social dos moradores dentro desse aporte de domínio do tráfico e da polícia, trazendo consequências no convívio por entre os becos, ruas e vielas.

2.1 Controle social e poder nos becos, ruas e vielas

O poder se manifesta a partir de uma estrutura de dominação, onde, por meio do disciplinamento das massas (MALAGUTTI, 2003), se instala pela difusão do medo. Assim, tal poder passa a intervir no fazer viver e em como viver, controlando a todos e em todos os instantes. Para isso, se utilizam de tecnologias de poder capazes de disciplinar os corpos em busca de torná-los dóceis e úteis. Esse processo ocorre por meio da vigilância de cada passo dado, fazendo com que as ações sejam bem controladas sob a forma que melhor unifique sua supervisão.

Outrossim, a tecnologia regulamentadora do poder se dá diretamente sobre a vida, por intermédio do controle sobre o que se pode vir a ocorrer, antevendo resultados para o seu benefício. Na Rocinha, o disciplinamento se manifesta pelo controle policial e também pela própria disposição geográfica em que se deu a expansão do centro urbano do Rio de Janeiro, tornando a favela um lugar marginalizado pela própria intervenção do aparato liberal que levou a população a morar nessas comunidades.

Essa visão da organização da vida pelo controle da vida e do corpo, no caso da Rocinha, na manipulação sobre os seus moradores e a forma como vivem na favela, demonstra como o biopoder é aplicado. Nesse âmbito, o racismo se insere nesses mecanismos do Estado, ou pelo racismo é sustentado, em que “a raça, o racismo é a condição de aceitabilidade de tirar a vida nessa sociedade de normalização”. (FOUCAULT, 2010, p. 205). A função assassina do Estado que aqui se encontra, onde a polícia está no controle dos corpos periféricos, se exemplifica no caso da morte do ajudante de pedreiro Amarildo, trabalhador que teve sua vida tirada por policiais da UPP da Rocinha em 2013.

O poder estatal exercido sobre os lugares de ocorrência dos constantes combates à “guerra às drogas” - expressão posta entre aspas posto que a verdadeira guerra que o Estado combate dentro da favela não é contra o comércio de entorpecentes, mas uma guerra racista e classista, um genocídio contra um grupo bem definido racialmente que vive nas periferias -, exemplificados pelos territórios periféricos que se subordinam a um contexto de proibição que impacta na legitimação

de invasão desses espaços e o uso da força para, na verdade, aniquilar e encarcerar corpos pretos e periféricos. Luís Carlos Valois argumenta:

O preconceito, que está na origem da proibição, nos intentos imperialistas dos EUA, nas manifestações idiossincráticas, também preconceituosas, de seus diplomatas e policiais - diplomatas policiais e policiais diplomatas -, é denunciado constantemente pela Academia norte-americana, enquanto países latino americanos reproduzem a guerra às drogas sem se dar conta estar a serviço de uma política preconceituosa, que os vê como a própria causa do problema (VALOIS, 2021, p. 652).

O proibicionismo das drogas aponta para um debate para além do comércio e sua utilização, mas se estrutura em um controle policial, onde o poder do Estado está inserido, que determina e reproduz o genocídio da população negra, em que o reconhecimento dos suspeitos apresentados são definidos por um estereótipo racista e discriminatório, culminando para o encarceramento em massa.

Juliana Borges nos ensina:

A figura do criminoso abre espaço para todo tipo de discriminação e reprovação, com total respaldo social para isso. E ao retomarmos os dados que demonstram que há um grupo-alvo e predominante entre a população prisional, ou seja, que é considerada criminosa, temos aí uma fórmula perfeita de escamoteamento de um preconceito que é racial primordialmente (2021, p. 23).

No Brasil, o problema do encarceramento em massa é sustentado, historicamente, pela manutenção da desigualdade social durante séculos de exploração e escravização. Sob essa ótica marginalizadora, a população mais afetada, majoritariamente preta e periférica, continua, hodiernamente, sofrendo pelas mazelas sociais que as atingem, como a pobreza e o acesso precário aos direitos fundamentais ao bem-estar. Com efeito, as hierarquias de poder se mantêm e o superencarceramento mostra-se como um reflexo dessa omissão de enfrentamento ao racismo estrutural e de combate às desigualdades.

O racismo estrutural é o norte central problematizador que marginaliza o corpo preto em todas as esferas da vida, onde o sistema social capitalista se funda e se firma por meio de uma ideologia racista que transcende um processo político e histórico e coloca “o racismo como um de seus componentes orgânicos”, como

explica o professor Silvio Almeida. Nesse sentido, analisa-se como o racismo contribui, diretamente, para essas continuidades de opressão. Partindo da visão de Achille Mbembe (2021), o conceito de Necropolítica evidencia as manobras de controle e extermínio da população preta em detrimento de um projeto de sustentação do poder das classes que detêm um maior poder aquisitivo, mas que, também, se conecta com toda a estrutura da sociedade.

Dessa maneira, percebe-se que a viabilidade das prisões está atrelada a uma lógica colonial que inverte a condição de justiça a um espaço insalubre e desumano. Consequentemente, a política do cárcere toma forma em face de presídios superlotados, tendo o combate ao tráfico de drogas um dos principais motores sociais que continuam a perseverar no sistema penal brasileiro. Consoante a isso, dados do INFOPEN, de 2014, apontam que 35,1 % da população encarcerada no Brasil são por crimes que envolvem drogas ilícitas. Nessa perspectiva, pode-se apontar que a falta de controle sob o temor da “Guerra às Drogas” notabiliza as políticas proibicionistas que tornam o Estado um sistema punitivo que descumpre o dever de prezar pela saúde de todos, mas que acaba, com a Lei das Drogas, vide artigo 33, por criminalizar usuários e traficantes, manifestando, assim, uma grave falibilidade legislativa.

Dessa forma, uma visão abolicionista e de combate às desigualdades sociais se justifica pelo combate à criminalização desregulada a favor de um encarceramento punitivista que nada contribui para a quebra das hierarquias de poder, mas que só as solidifica. Ademais, Djamila Ribeiro (2019) salienta que só uma educação popular antirracista, como um dos fundamentos basilares, deve ser a prática para que se possa buscar um caminho real de justiça social e de renovação de um sistema falho e ultrapassado.

3. POLÍCIA: INSTRUMENTO DE SEGURANÇA OU DE MORTE?

TÍTULO II

DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)

O controle exercido pela polícia e pelo tráfico na cidade do Rio de Janeiro confronta diretamente o que preconiza o artigo 5º da Constituição Federal no que diz respeito ao direito inviolável à liberdade. Sob essa ótica, convém analisar como a estrutura de poder presente no cotidiano da cidade influencia diretamente os moradores. Desse modo, sabe-se que o surgimento das polícias na cidade do Rio de Janeiro se deu por meio do processo de colonização das terras originárias tupiniquins, especificamente no período da transmigração da família real portuguesa (BRETAS; ROSEMBERG, 2013).

Nesse íterim histórico, o desenvolvimento da polícia no Brasil se inicia com a mudança da capital do país de Salvador para a cidade do Rio de Janeiro com o processo de mudança na matéria-prima de exploração, passando do açúcar para o ouro das minas gerais. Desse modo, para a fiscalização e o controle do quinto do ouro, as ordenanças e milícias foram institucionalizadas por meio das elites locais e do rei (COTTA, 2006, p. 53).

A partir desse novo sistema, já no século XIX, com a vinda da corte portuguesa e a instrumentalização da Guarda Real de Polícia, que era responsável pela ordem social das ruas da cidade em meio ainda uma sociedade escravocrata, fomentou alicerces para a construção de um ideário robusto de repressão àqueles que eram, e são, os considerados inimigos da sociedade. Após esse modelo, também surge a polícia militar, com caráter mais robusto, sendo responsáveis pela preservação da ordem pública nos grandes centros urbanos (VELLASCO, 2007, p. 240-241). Assim, Batitucci (2010, p. 39) observa

A Guarda Real de Polícia (GRP) era o principal instrumento à disposição do intendente para o exercício do controle social nas ruas do Rio de Janeiro. Criada em 1809, constituía, no universo de uma sociedade escravocrata, a força de manutenção da ordem social imperial, sendo

formada por homens pagos, usualmente egressos dos regimentos de linha do exército imperial, que trabalhavam em emprego de tempo integral. Organizada desde o seu nascedouro como instituição de natureza militar, seus praças saíam das classes sociais inferiores livres que eram, coincidentemente, alvos importantes da repressão policial.

A lei da vadiagem (DE CARVALHO, 2006) representa de forma bem definida a atuação da polícia há décadas, pois a constante criminalização da pobreza levou as camadas populares a serem mais perseguidas e discriminadas, sendo colocadas como o alvo principal do comando policial. As consequências da estruturação de um capitalismo dependente suportam todo tipo de violência, principalmente contra os mais invisibilizados.

Como legítima o Código Penal de 1889:

Capítulo XIII – Dos Vadios e Capoeiras.’ ‘Art. 399. Deixar de exercer profissão, officio, ou qualquer mistêr em que ganhe a vida, não possuindo meio de subsistência e domicilio certo em que habite; prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes:

A criminalização da vadiagem na passagem do século XIX para o século XX abre caminho para um processo ainda mais violento de subalternização do povo mais preto e pobre. Nesse sentido, ao longo do século XX, percebe-se a construção de novas formas de controle da população negra urbana no período pós-abolição em que a insuficiência estatal sobre as demandas sociais ainda impera, como na aplicação de uma “higienização” do centro urbano do Rio de Janeiro, com a reforma Pereira Passos, provocando uma favelização daqueles que, em sua maioria, eram ex-escravizados (PAULINO; OLIVEIRA, 2020).

Essa normatização estatal se relaciona com os anos posteriores da República Velha, em que o processo de industrialização se disseminou até os dias atuais, com o marco histórico da retomada democrática do Estado de Direito com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Entretanto, a criminalização dos “vadios” (DE CARVALHO, 2006), que eram formados pelo povo negro descendente e de ex-escravizados que não acessavam a o marco produtivo hegemônico, continua a perdurar na sociedade atual com a imposição da lei de drogas, criminalizando

sumariamente os usuários de drogas, que são em sua maioria jovens pretos periféricos (MACHADO, 2010).

No que tange à lei de drogas nº 11.343/2006:

CAPÍTULO III DOS CRIMES E DAS PENAS

Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.

§ 1º Às mesmas medidas submete-se quem, para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou produto capaz de causar dependência física ou psíquica.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, **ao local** e às condições em que se desenvolveu a ação, **às circunstâncias sociais e pessoais**, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Essa norma permite inferir como há uma seletividade penal, que ocorre sobretudo na abordagens policiais e nos encaminhamentos às delegacias, onde a criminalização do traficante com a substanciação do estereótipo do perfil de um traficante coloca o usuário nessa encruzilhada de poder pautada por um modelo de segurança pública racista (MACHADO, 2010).

Tal discriminação explícita de aversão aos mais necessitados ainda hoje é percebida e ampliada pelas constantes violações que o próprio Estado, na figura das polícias e seus batalhões, afrontam e violentam, cotidianamente, a vida dos moradores das favelas cariocas, como a Rocinha, por meio das frequentes operações policiais justificadas por um suposto combate às drogas e em vistas de manter a segurança da população, mas que se vê envolvida nesse próprio caminho de controle de seus corpos e de suas vidas. A proteção requerida pela polícia esbarra na violência acelerada que continua a exterminar jovens pretos em sua maioria.

Segundo os dados do relatório do segundo semestre de 2023 do SISDEPEN, revelam que 402.463 dos presos são pretos ou pardos, representando 62,4% do total da população prisional brasileira. Essa criminalização da pobreza é destacada por Loic Wacquant (2008, p. 96) que por meio da ideologia neoliberal o Estado penal se intensifica com o desmantelamento do Estado social. Evidencia-se, assim, como as marcas da escravização ainda repercutem diretamente na vida das pessoas negras, pois o corpo negro continua sendo o alvo principal do controle violento da polícia, seja nos centros urbanos seja nas periferias, como na Rocinha. A permanência desse modo de operar permite relacionar essas ações discriminatórias pela estruturação do racismo no meio social.

A formação da polícia ao longo dos anos e seu enraizamento por entre os caminhos de controle social é implementado com a criação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Na Rocinha, por exemplo, com a implantação em 2011, a proposta de pacificação para a retomada do território com a chegada de uma base de segurança pública para os moradores se tornou um começo de diversas redes de corrupção e de mais violência armada no território.

3.1 O processo de militarização da polícia

O controle social da polícia se moderniza com a militarização do seu corpo funcional. A organização das bases de atuação dos policiais militares se dá para além de suas tarefas ímpares de proteção à soberania nacional, mas com o processo de militarização das forças policiais, o que ocorre acaba sendo a busca por uma repercussão na segurança pública militarizada com vistas a exercer um papel cada vez mais repressor.

Na antilógica do poder que se concebe sobre a segurança pública, o fornecimento de arsenais de guerra, as funções dos militares acabam sendo desviadas em prol de uma organização que só se alimenta de um *modus operandi* regido por ações violentas e veementemente inseguras.

A própria definição da “guerra às drogas” como motor para a justificação da ampliação da militarização das forças policiais afasta o que constitucionalmente se apresenta como papel da segurança pública e ação estatal. No fim, o que deveria ser um espaço seguro, acaba se tornando um campo de combate, onde o objeto de busca e apreensão não são as drogas, mas sim os corpos criminalizados. Karam (2015) sinaliza o seguinte sobre esse motivo utópico pregado:

Os alvos preferenciais da guerra às drogas “ são os mais vulneráveis dentre esses produtores, comerciantes e consumidores”. Os „inimigos “nessa guerra são os pobres, os marginalizados, os negros, os desprovidos de poder, como os vendedores de drogas do varejo das favelas do Rio de Janeiro, demonizados como traficantes” “, ou aqueles que a eles se assemelham, pela cor da pele, pelas mesmas condições de pobreza e marginalização, pelo local de moradia que, conforme o paradigma bélico, não deve ser policiado como os demais locais de moradia, mas sim militarmente, conquistado” e ocupado (KARAM, 2015, p. 35).

Esses alvos apontados são dos moradores da Rocinha também, que têm que enfrentar o medo e a ação do controle aplicado pela polícia em busca de sua própria proteção. A proibição das drogas se caracteriza por um marcador forte na ampliação “legitimada” das operações policiais nas favelas, em que se percebe que a pretensão não é simplesmente e contenção do comércio de drogas ilícitas, mas a subalternização dos mais vulneráveis e o seu consequente extermínio pelas forças policiais, que deles deveriam zelar.

O fortalecimento da polícia pelo Estado também se deu com a ampliação da força de domínio do tráfico. Nesse sentido, Michel Misse (2013) argumenta que “A presença estável de criminosos armados disputando e exercendo o domínio sobre territórios estabeleceu um desafio à consolidação do monopólio estatal do uso legítimo da força, que é a característica fundamental das sociedades modernas”. Esse desafio desencadeou uma expectativa de resposta do Estado para a população que se estabelece pela violenta “guerra” entre policiais e traficantes.

O poder de matar se concretiza mais ainda com a militarização desses organizados estatais de controle social. O cerco de militarização das forças policiais institui um predomínio de violência organizada para matar, uma forma de governança dos corpos que se confunde com a própria noção do que é segurança.

Leite e Farias (2021) argumentam que:

Se, para quem reside no “asfalto”, as tecnologias de guerra utilizadas pelas forças de segurança para reprimir manifestações no espaço público significaram uma suspensão de direitos característica de situações de exceção, para quem mora nas favelas, o cerco militarizado há tempos é sinônimo de genocídio (...) (LEITE e FARIAS, 2021, p. 255).

O impacto notório desse processo de militarização sobre as camadas populares denota que esse mecanismo de controle e repressão implementado para dar mais suporte à segurança pública revela que esse objetivo é mascarado pela sua real intenção de criminalização da pobreza.

3.2 Violência e Institucionalização

A violência policial no Estado do Rio de Janeiro vem fazendo vítimas e criando um ambiente de terror nas favelas fluminenses. Segundo dados do relatório do GENI - Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos - da Universidade Federal Fluminense (UFF) aponta que entre janeiro de 2019 e outubro de 2021 policiais mataram 101 crianças e adolescentes no Rio de Janeiro, ainda entre 2017 e 2022 foram registradas 8.976 operações policiais com 2.928 mortos. Sob essa ótica da ação estatal na prática policial executória, delimita-se como as violentas e letais operações policiais, ao combate ao tráfico de drogas, permanecem a mitigar os corpos dos *elementos suspeitos*, reverberando suas atividades no descumprimento aos direitos humanos, numa visão discriminante.

Nesse sentido, a violência é pautada, constantemente, pelas práticas policiais, em que o anseio de toda a população de se sentir segura em todos os espaços é deturpado por conta da ação estatal que mais agride que assegura. Esse Estado neoliberal que controla a vida e subjuga os corpos de uns em detrimento da manutenção dominante de outros coloca a favela em um “lugar” ausente de políticas públicas, em que os interesses econômicos em prol de um status quo apresentado por um discurso que não representa a vontade geral da sociedade, mas que a discrimina e controla.

Entretanto, o serviço de segurança pública não atinge de forma igualitária todas as camadas da sociedade, pois a violência policial é uma das formas de execução de muitos moradores de favelas, como a Rocinha, que são vítimas de um Estado marcado pela violência, uma organização instruída pela discriminação de pessoas de baixa-renda, pretas e periféricas. Essa violência, por vezes, é desassistida e neutralizada pela polícia, deixando de se tornar um problema moral (PERES et. al, 2021, p. 25).

A falta de segurança pública para os moradores de favelas do Estado do Rio de Janeiro reside numa permanência de status quo, onde o controle social estabelecido pelo Estado permite que a desigualdade social continue a corromper as vidas de crianças e adolescentes, que acabam tendo que escolher o caminho do tráfico pela falta de subsídios públicos necessários para a sua sobrevivência. Nesse ambiente de desamparo, a violência policial, como ferramenta de execução dos mais pobres, é determinada pela influência da ação estatal por meio das operações policiais, permitindo que a punição violenta e letal seja tomada como solução para a “guerra às drogas”.

Esse Estado de violência punitivo e de controle social baseado pelo biopoder, analisa o poder sobre o qual o Estado governa a vida, por meio de uma biopolítica de dominação dos corpos (FOUCAULT, 2005). O poder do Estado pode-se utilizar de uma prática autoritária para controlar os povos, e é por meio do biopoder estatal que o Estado de violência, pela ação policial, subjuga os corpos e põe em prática sua autoridade de forma indiscriminada. Nessa problemática associada, a experiência colonialista caracteriza uma violência de morte sobre corpos pretos, em que a condição estatal, sob o fenômeno do racismo estrutural, “condena” um grupo bem definido (FANON, 2005).

A violência policial como prática do punitivismo é um fator que colabora para que esse estado de punição generalizada (FOUCAULT, 2012, p. 73) determine como as penas devem ser aplicadas. Quando “o direito de punir se deslocou da vingança do soberano à defesa da sociedade” (FOUCAULT, 2012, p. 89), a violência estatal retoma sobre si o próprio direito soberano de vingança, só que sustentado pelo manto da segurança pública, como direito da população. Nesse sentido, a aplicação de

penas, mais ainda a pena de morte realizada pela polícia nas operações, impõe uma liberdade de punir sem limites, amparada pela justiça criminal do Estado.

É importante delimitar, ainda, como o imaginário social das pessoas nas comunidades e fora delas constroi um determinismo social de visões bem estabelecidas e enraizadas por influência direta da Mídia em casos de violência policial. O massacre do Carandiru, por exemplo, ocorrido em 1992, pela ação policial para reprimir uma rebelião na penitenciária, permite destacar como esse imaginário tomou forma, pelo destaque da Mídia, em todas as camadas da sociedade. A memória de Carandiru aprofundou a visão da população sobre a polícia, porque a camada elitizada da sociedade continua a criar estigmas sobre a justificativa da prática policial pela ação de legítima defesa e nas favelas, o imaginário popular periférico desmistifica o sistema de execução penal da polícia, onde o enfrentamento ao tráfico de drogas vincula uma determinação negativa dos moradores sobre a instituição, que acabam temendo sua presença, por conta da contínua violência vivenciada. A própria instalação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPP), nas favelas do Rio de Janeiro, visibiliza uma perspectiva de segurança pública em decadência, pois a violência policial e os constantes confrontos realizados entre a polícia e os traficantes permitem estabelecer essa associação de inabilidade da polícia na sua contenção pela “reconquista do território” (MALAGUTTI, 2011).

O tráfico de drogas no Brasil vem há décadas sendo combatido pelo Estado, por meio de diversas operações policiais para conter o crime organizado, a compra de armas e o próprio tráfico de drogas. E no meio dessa “Guerra às drogas”, diversas vidas foram perdidas e a população periférica acaba ficando sob o controle desse combate entre traficantes e policiais, vitimizando muitas pessoas inocentes.

A defesa que faz sobre a “guerra às drogas” no Brasil apresenta algumas controvérsias sobre sua real necessidade, pois a questão do tráfico de drogas advém de uma logística criminal interfronteiras e multiclassas. Essa questão está totalmente ligada com a atividade policial e o Estado, como explica Luís Carlos Valois (2021, p. 369):

Quando a atividade policial não se limita ao essencial, caindo no extremo de abranger qualquer pessoa com *características suspeitas*, a critério do agente de serviço, limitando-se direitos e garantias em nome de uma guerra subjetiva, porque guerra contra substâncias facilmente portáteis, maleáveis, mescláveis, o Estado transforma-se efetivamente em um Estado policial.

Nessa visão neoliberal estatal, verifica-se que a polícia utiliza da força para executar e provocar o medo à população periférica por meio de uma atividade que usa da violência institucionalizada. Dessa forma, nas constantes operações policiais, o Estado de violência continua a moldar os hábitos culturais e sociais em benefício de uma ideologia de domínio das classes dominantes pelas violentas práticas de descumprimento aos direitos humanos, como nos autos de resistência, meios de estratégia para isso.

Os autos de resistência - instrumento utilizado como legítima defesa às ações policiais que versam pela legitimação dos homicídios praticado por eles - acabam sendo modos de controle do Estado de violência para pautar as operações policiais em detrimento de possíveis confrontos entre policiais e traficantes nas comunidades periféricas, tomando como base as mortes que foram cometidas, um meio de alegar legítima defesa, ainda mais com o poder do Estado e o usufruto de uma legitimidade da violência.

O Estado de necropolícia pode ser percebido pelos números nas operações depois da proibição da ADPF 635, pois desde junho de 2020 a abril de 2021, no ápice da pandemia de COVID por exemplo, foram realizadas 434 ações policiais nas favelas do Estado do Rio de Janeiro e quase 800 pessoas foram mortas nelas. Antes da pandemia, de 2006 a 2018, foram mais de 13 mil pessoas mortas nesse período pela letalidade policial só no Estado do Rio de Janeiro, com um perfil bem definido neste grupo. Percebe-se, portanto, que as mortes decorrentes da violência policial continuaram e continuarão crescendo, infelizmente, vitimizando jovens pretos, pobres e periféricos.

É por meio dessa estrutura do Estado, exposta pela violência e execução policial, que o racismo estrutural, onde “a necropolítica, (...), instaura-se como a organização necessária do poder em um mundo em que a morte avança implacavelmente sobre a vida” (ALMEIDA, 2019, p. 124). Nesse avanço implacável,

a violência policial é utilizada para fazer com que vidas sejam disciplinadas e assassinadas.

Assim, percebe-se que a violência institucionalizada pelo Estado de violência usufrui de um controle do poder político sobre a população para legitimar as violências praticadas contra grupos minoritários. Nesse ínterim, a violência policial letal nas favelas do Estado do Rio de Janeiro é um problema legitimado pelo poder do Estado, pois as constantes operações policiais que atingem os moradores dessas comunidades são praticadas sem qualquer controle estratégico e num sentido de atingir o tráfico de drogas, mas que, na realidade, produz objetivos para atingir uma população em situação de total vulnerabilidade.

As discussões sobre a atuação do Estado nas favelas são ainda pouco vislumbradas amplamente por políticas públicas de melhorias em áreas como saúde, educação e segurança pública. Ademais, a geografia social da favela da Rocinha, por exemplo, permite com que a violência da necropolícia seja capaz de colocar corpos na mira do Estado. Nesse sentido, é que a necessidade de uma reflexão crítica toma vínculos com os problemas advindos da ação policial nas favelas, onde o Estado Democrático de Direito se encontra em total descaso.

O Estado pela polícia segue um caminho de controle sobre as vidas das pessoas em todas as esferas, e, no âmbito da segurança pública, essa estrutura dominante se torna muito perversa sobre os corpos periféricos, pois são estes os principais alvos das operações policiais e os que são mortos pela violência institucionalizada, já que o poder de punir é um viés garantidor de uma justiça de opressão.

3.3 Necropolítica do controle

Amarildo. Kathlen. João Pedro. Ágatha. Thiago. Esses são alguns nomes de jovens e adultos moradores vítimas da violência aplicada pelas operações policiais e ações de controle da polícia dentro das favelas. O controle social aplicado sobre esses

corpos carrega em si um aporte muito mais violento, onde o extermínio racial é política de segurança.

O conceito de necropolícia é sustentado pela atuação da polícia como responsável pelo genocídio da população negra. As constantes operações policiais na cidade do Rio de Janeiro mostram como essa estratégia de controle afeta e mata os moradores de favelas. A Rocinha, assim como outras favelas, também é o lugar onde os agentes policiais mais fazem vítimas. O modo operativo da polícia de controle social é feito, principalmente, pelas abordagens policiais, realizadas por um certo perfilamento racial.

A criação de um estereótipo de suspeito pela polícia é devida a uma construção histórica sobre o corpo marginalizado, esse corpo que é, majoritariamente, preto, incluindo nessa perspectiva racial um recorte de classe que é determinado pela relação que se pode imprimir entre a violência policial, comumente praticado nas áreas periféricas, com a desigualdade social e de renda na sociedade. O elemento suspeito da polícia é marcado, dessa forma, por um filtramento racial, que segundo Kenneth Meeks (apud AMAR, 2005, p. 236) é “a tática de mandar alguém parar só por causa da cor da pele e de uma vaga suspeita de que a pessoa esteja tendo um comportamento delitivo”.

Achille Mbembe (2021) define como o sistema de apropriação racista está baseado na determinação da morte da população negra, institucionalizado por um Estado de exceção, que pune a todo custo esse segmento e é marcada pelo racismo estrutural. Baseado nessa proposição de Mbembe, podemos definir como um enraizamento desse problema, o estado de execução feito pela violência policial, um estado de necropolícia, onde a polícia determina quem mata, usando da violência quando se deparam com qualquer situação em que se possa utilizar da força como justificativa para discriminar, prender e matar a população preta.

O combate ao tráfico de drogas perpassa a rotina de averiguar os corpos suspeitos como atividade comum em toda a cidade do Rio de Janeiro. O que se nota, no entanto, é que essa prática se configura através de uma noção racista que “perfila” um certo tipo de pessoa racialmente. No HC 208240 no STF, o julgamento do caso

relativo ao perfilamento racial apontado no caso de busca pessoal fixou por unanimidade a seguinte tese de julgamento:

A busca pessoal independente de mandado judicial deve estar fundada em elementos indiciários objetivos de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito, não sendo lícita a realização da medida com base na raça, sexo, orientação sexual, cor da pele ou aparência física (HC 208240/2021).

Tal entendimento do Supremo Tribunal Federal caracteriza de forma bem definida como a prática e o enraizamento do racismo na sociedade, principalmente na relação de controle policial, confirma que há a realização de uma estrutura de poder implantada sob a concepção de uma biopolítica aplicada à necropolítica (ALMEIDA, 2020).

Todo esse sistema é baseado unilateralmente na macrofísica do poder (FOUCAULT, 2005) pela institucionalização do Estado sob a égide do capitalismo. Assim, com base nas contribuições de Silvio Almeida sobre a relação entre Estado, poder e capitalismo, em que para tornar o Estado a unidade possível se dispõe:

(...), a violência física fornecerá o remendo para uma sociedade estruturalmente marcada por contradições, conflitos e antagonismos insuperáveis, mas que devem ser metabolizados pelas instituições - o poder judiciário é o maior exemplo dessa institucionalização dos conflitos. Esses fatores explicam a importância de um discurso ideológico calcado na meritocracia, no sucesso individual e no racismo a fim de naturalizar a desigualdade (ALMEIDA, 2021, p. 96 e 97).

A naturalização da desigualdade é fator comum na realidade capitalista. Nesse sentido, a violência de Estado empregada nas favelas que é gerada pela necropolítica, evidentemente, se materializa com a lógica estatal capitalista que gerencia e controla a vida dos favelados (FARIAS, 2020).

4. TRÁFICO: CONTROLE SOCIAL E TERRITORIALIDADE

*Por onde ando vejo um mar sem fim,
um mar de gente,
um mar presente,*

*um mar tomado de si,
Por onde andei vi um mundo em transformação,
um mundo de injustiça,
um mundo num pedaço de chão,
Por onde vivo percebo o desassossego,
percebo um Brasil inteiro,
percebo, mas não vejo,
Não vejo o pedido de socorro,
Não vejo os olhares vazios,
Não vejo a esperança,
Só vejo a comunidade,
No meio dessa cidade,
No ritmo de uma passagem,
Sem olhar aquela paisagem,
Do menino correndo por aí,
Sem medo de qualquer mudança
Com um olhar de felicidade,
Onde a coragem invade
Sem temer e a sorrir*

*Só não vê quem não quer,
E quem vê não reage
Com medo da repressão,
Repressão vira-lata,
Repressão que maltrata,
Repressão que só mata,
No meio da escuridão,
E o grito vai diminuindo,
Os passos vão seguindo,
No meio da multidão
E sem aquele amparo,
Sem trabalho, sem Estado,
A vida começa a ruir,
Os caminhos a divergir,
E o mar presente,
Sufocou minha gente,
Fez do ninho, solidão,
Fez do menino, ladrão,
E quem vê diz que é bandido,
Mas quem criminaliza o menino,
Só olhou e disparou
Não pensou no seu destino?
E a justiça toda falhou
(poema autoral)*

Via Ápia. Boiadeiro. Duas ruas paralelas e as mais movimentadas da Rocinha têm muita relação em comum. Essas ruas trazem consigo um aspecto marcante para o entendimento de como o controle social da polícia e do tráfico se comunicam e convivem diariamente por dentro da favela. Para facilitar essa representação, a foto abaixo aponta para a Via Ápia em verde e o Boiadeiro em vermelho, convergindo-se por meio das diversas travessas que se relacionam entre uma rua e outra em amarelo e a também pela Estrada da Gávea também em amarelo.

Figura 1 - Vista superior da Rocinha com marcação pessoal.



Fonte: Google Maps.

A rua, nas encruzilhadas dos caminhos, marcada pela resistência conta a história e se reflete nas vidas dos andantes que vivem ao redor delas. Por entre os becos, ruas e vielas, os corpos em disputa de si e dos outros se controlam e são controlados pela interface de uma estrutura ideológica violenta e repressora da liberdade.

Esse aspecto territorial, que para Milton Santos (1999) é onde as relações no tempo e espaço e os modos de vida interagem no território usado, possibilita a visualização das esferas de controle dos comandos da polícia e do tráfico por entre a favela da Rocinha. A Via Ápia (mostrado em verde na foto 1) representa o espaço de maior movimentação de comércio da Rocinha, formada por diversas lojas, restaurantes e barracas ao longo de toda sua extensão. É nessa rua onde vislumbramos a constante presença da polícia (UPP). Ademais, já no Boiadeiro (representado em vermelho na foto 1) se configura com a presença consolidada de diversas redes de comércio de drogas e a presença de traficantes.

Essa perspectiva geográfica de domínio da polícia de um lado e do tráfico do outro parece se estabelecer bem, dentro de seus limites e diferenças. Na Via Ápia, local de grande movimentação, inclusive de grande turismo, a polícia se mostra como representante da ordem, assim como seu papel de defensora da segurança pública.

Entretanto, a arquitetura do tráfico e sua convivência no Boiadeiro nos relata que há um certo controle nessa região da Rocinha.

O controle da polícia e do tráfico percebido visualmente e imagetivamente nos remete a um ambiente onde a manifestação de diferentes normas sociais vigoram e se interagem. Essa perspectiva interativa pode ser imaginada devido a não violação da polícia no espaço dominado pelo tráfico, pelo menos não comumente, e a recíproca do tráfico no espaço da polícia, pelo menos não diretamente confrontada.

No entanto, o que se vê é que esse controle da polícia e do tráfico, assim como mostrado na imagem por meio das travessas que comunicam os dois espaços de domínio, não significa uma separação total de convivência. Nota-se, por exemplo, que nos eventos de baile organizados pelo tráfico, ocorridos majoritariamente no Boiadeiro, por vezes acontecem na Via Ápia. Esse plano apresentado acaba criando uma hipótese de que a polícia e o tráfico não estão estabelecidos num viés meramente de confronto iminente, mas que convivem dentro de um equilíbrio de ações de controle intermediadas. Assim, deve-se provocar um debate sobre o que é legal e ilegal perfazendo uma configuração utópica que não se expressa na realidade, na medida em que esses mecanismos de controle são desfigurados de seus objetivos principais. O tráfico e a polícia possuem, nessa construção imagética, funções sociais que atravessam e rompem com suas designações oficiais pré-estabelecidas ou imaginadas sobre a realidade.

Tal imposição ocorre em três níveis, conforme análise do levantamento dos dados dos moradores, na Rocinha em específico, mas que pode ser evidentemente aplicado para outras formas de atuação do tráfico em que a polícia também está presente, realidade comum nas periferias da cidade, principalmente com a instalação das UPP's. Assim, Marielle Franco (2014) detalha que essa política de segurança nas favelas apenas institucionalizou ainda mais a violência na cidade, que agora toma uma forma ainda mais perigosa, pois a ação estatal dá contornos do uso de poder de maneira regular.

Em detrimento desse controle direcionado, o primeiro nível de ação ocorre com a evidente criminalização da pobreza, a figura do “ser” periférico na visão

neoliberal é declaradamente discriminatória, o que possibilita a marginalização e a consequente falta de oportunidades de emprego, haja vista que a educação escolar é um fator essencial para a construção de um futuro melhor. Com a criminalização do pobre, a tomada do tráfico no ambiente periférico se fortalece, criando uma rede forte de submissão e de ascensão ao poder. Quando esse poder é estabelecido, o controle social se manifestará mais imediatamente. Ademais, o medo e o descontrole são níveis de ação a serem analisados posteriormente.

O segundo nível de ação desse controle social ocorre pela interface do medo. A presença das organizações criminosas comandadas pelo tráfico de drogas e de armas na Rocinha marca um ambiente em que as práticas de coerção social são notórias, com a aplicação de determinadas regras sociais implícitas que norteiam o imaginário e a realidade dos moradores. Tais práticas geram um medo generalizado, onde a ordem social vigente é aquela comandada, principalmente entre os becos e vielas, por traficantes.

Com a ação de controle pelo medo bem estabelecida, o que se percebe por entre as andanças e movimentos do espaço, onde a polícia e o tráfico se estabelecem no controle da segurança das favelas, especificamente na Rocinha, é que onde há a presença comum dessas duas forças de controle se percebe um descontrole, um terceiro nível de ação, em que decorre dos constantes conflitos ou possibilidades de conflitos entre esses dois organismos funcionais, acarretando em um lugar onde o Estado-polícia se faz presente, mas a política social do Estado sem mantém ineficiente.

Com uma percepção marcada pelo receio do confronto e da violência já bem definida, morando atualmente no Boiadeiro, um sub-bairro da Rocinha, onde o tráfico circula livremente, fui percebendo como há um controle bem definido de onde o tráfico pode atuar e a polícia também. A territorialização do espaço geográfico da Rocinha entre a polícia e o tráfico é bastante perceptível, principalmente para os moradores, pois as presenças dessas forças de controle são limitadas a depender de onde se está na favela.

Essa diferença foi percebida por mim diversas vezes, porque sempre me perguntei como que em poucos metros de distância a polícia estava fazendo patrulhamento e o tráfico em outra rua estava com suas armas em punho e realizando o comércio de drogas. Esse convívio mútuo só pode ser bem realizado, na minha visão, por meio de trocas de “favores” e também mediados por segmentos que circulam entre essas duas forças de controle.

Eu, como morador da Rocinha, entendo que o controle da polícia é meramente uma presença nula, no que diz respeito à segurança pública, mas totalmente a serviço do racismo nas revistas na favela e nas operações. Enquanto o tráfico, marcado por ilegalidades, exerce seu controle de forma mais dialogável com os moradores, mesmo que de forma coercitiva pelo medo da repressão. Entendo que essas ações mais beneficiam o próprio tráfico que os moradores, mas as relações acontecem de forma muito mais pacífica do que como a polícia nos trata.

Luiz Antonio Simas (2019) relata que no corpo encantado das ruas, onde se confronta o poder, é que se estabelece o sentido da cidade. É nesse jogo de poder e pelo controle da vida que o tráfico e a polícia se mantêm. Conectados pela ideia de condutas cada vez mais violentas e violadoras dos espaços e dos corpos.

4.1 Proibido filmar o baile: regras internas da favela

O comando do tráfico na Rocinha pelo Comando Vermelho conduz a um panorama de controle social dos moradores, principalmente pela comercialização de drogas na favela e sua interiorização por entre os becos e vielas. Filmar o baile; Não fotografar o morro em determinados lugares; Desrespeitar o morador; Não furtar ou roubar dentro da favela; são esses alguns códigos próprios da favela que o comando do tráfico está vinculado (ZALUAR, 1998).

Esses códigos são estabelecidos por uma rede de controle criada para ser aplicada no território favelado organizado sob o poder do tráfico. As regras internas da favela gerenciam o cotidiano da vida dos moradores, em que se estabelecem parâmetros sociais ordenados para o bom convívio social.

A lei da favela decorre do controle social do tráfico por entre os becos e vielas. A presença dos traficantes por diversos espaços da Rocinha colabora para uma juridicidade não legitimada formalmente, mas que é reconhecida por todos os moradores. Por vezes, esses códigos internos configuram uma sensação de medo empregada pela forma que o tráfico se apresenta na favela.

As relações sociais e as regras implementadas se vinculam na favela da Rocinha pelo domínio do tráfico. O Direito alternativo baseado nesse conjunto de normas se norteia em meio a um capitalismo dependente em que a normatização das leis se distancia da própria realidade. Pensar a favela é também pensar o modo de vida dos moradores, desse modo a partir de suas visões sobre o controle da polícia e do tráfico na Rocinha se revelam aspectos intrínsecos ligados à sociabilidade de conviver com esses dois domínios.

Os direitos dos moradores são limitados pela violência simbólica (BOURDIEU, 1996) de repressão pelo crime na favela. Assim define Bourdieu: “A violência simbólica é uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconsciente de a exercer ou a sofrer” (BOURDIEU, 1996, p. 45).

Essa dimensão sobre a violência deve ser apontada para que se possa entender que não há uma uniformidade das normas violentadoras do controle da polícia e do tráfico, mas que há “violências diversas” de acordo com os cenários apontados. Quando se pensa na favela, esse espaço que é marginalizado pelo Estado e se enraíza pela estruturação do racismo, revela-se uma diferenciação que se perpetua com a criminalização do povo preto, estigmatizado como um corpo por si só violento. Nesse sentido, é fundamental pensar a cidade e como a violência do Estado provoca a violência do tráfico nessa toada em que há o fortalecimento do Estado penal pelos discursos criminalizadores na contramão aos direitos humanos (CRUZ, 2019).

5. DEIXA O MORADOR FALAR: “EU VEJO COMO UM PODER POLÍTICO PARALELO. UMA CONSEQUÊNCIA NÍTIDA DO CAPITALISMO”

*“E pra que te dar porrada e pra que te dar paulada
Pra que soco na cara, isso é maior mancada
Pra que brigar, se o futuro é amar
É que hoje você pega e amanhã vão te pegar*

*A rocinha não quer ver você caído nesse chão
Com a cara cheia de tiro e com formiga de montão
Nem andando de ambulância
Tampouco de rabeção
Vem pro baile meu amigo
Com as equipes dando som*

*(Quero ouvir) olêê, olalá
A rocinha pede a paz pro baile não acabar
(Só vocês) olêê, olalá
A rocinha tem conceito em qualquer morro que chegar”
(Rap da Rocinha - Mc Galo)*

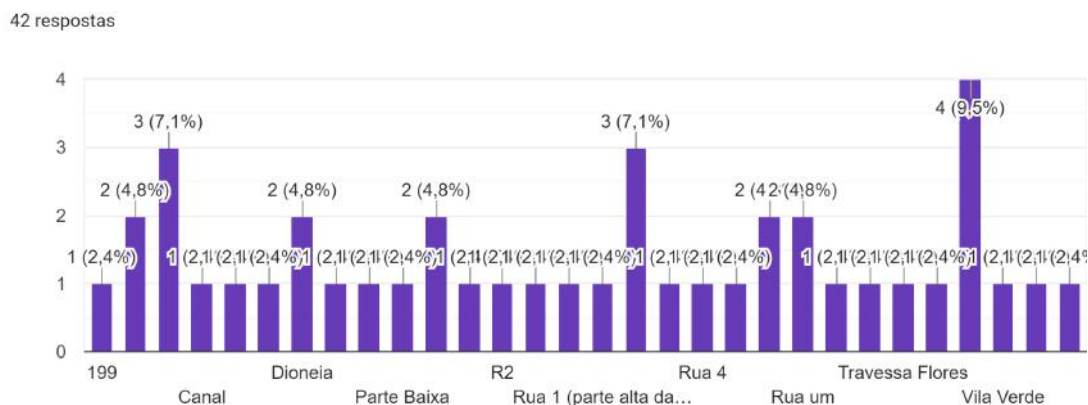
“Deixa o morador falar”, por meio desta invocação que inicia-se a pesquisa amparada por meio de um questionário respondido por um grupo diverso de moradores da Rocinha sobre a influência do controle social da polícia e do tráfico em suas vidas. A percepção de quem vive na favela é fundamental para entender como a lógica da presença da polícia “pacificadora” continua a coexistir com a atuação do tráfico.

A pesquisa inicial se propõe a demonstrar a partir dos dados coletados como o controle social da polícia e do tráfico se articula na Rocinha e seus efeitos na vida dos moradores. Para isso, foi aplicado um questionário online, conforme anexo, entre abril e maio de 2024, contendo 12 perguntas, objetivas e discursivas, de forma anônima, para 42 moradores da Rocinha das mais diversas localidades da favela.

No questionário foram abordadas questões de raça, escolaridade, localidade e de aspectos sociais referentes ao controle social da polícia e do tráfico. Inicialmente, buscou-se verificar o perfil desses moradores. Assim, de acordo com o gráfico abaixo representado, observa-se a dimensão da diversidade de locais de moradia das pessoas

que responderam ao questionário, dando uma visão ampla sobre diferentes atuações do domínio do tráfico e da polícia na Rocinha.

Gráfico 1 - Qual área da Rocinha você mora?



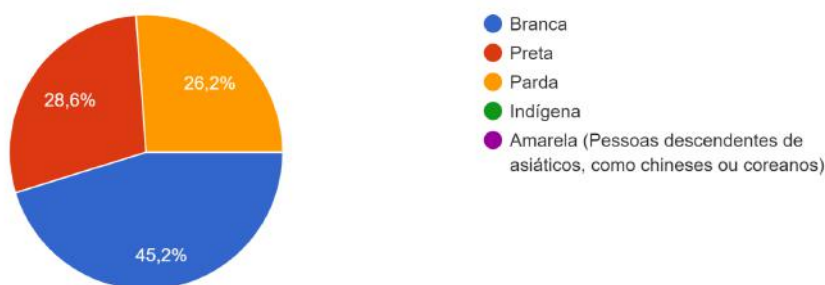
Fonte: Do autor

Por meio da resposta apresentada, nota-se que a maior parte dos moradores se encontram no Valão, seguido da Cachopa e Rua 2. Cada coluna do gráfico acima representa uma diferente localidade da Rocinha. Esse resultado se traduz devido à grande dimensão espacial da favela.

Além do fator locacional, também foi perguntado sobre a cor ou raça que o morador se identifica. Dentro desse escopo, 45,2% responderam que se identificam como brancos, 28,6% se identificam como pretos e 26,2% como pardos. Associando as respostas das pessoas que se identificam como pretos e pardos teremos 54,8%, um número que reflete, de certo modo, o resultado do último Censo de 2022, em que 55,5% da população brasileira se identifica como preta e parda. Mesmo com um dado amostral pequeno em relação à população total da Rocinha, que soma 72.154 pessoas morando na Rocinha segundo o último censo do IBGE, percebe-se uma variedade dos moradores que responderam a pesquisa. Os dados específicos sobre a cor ou raça de cada bairro ainda não foram divulgados pelo Censo de 2022.

Gráfico 2 - Com qual cor/raça você se identifica?

42 respostas

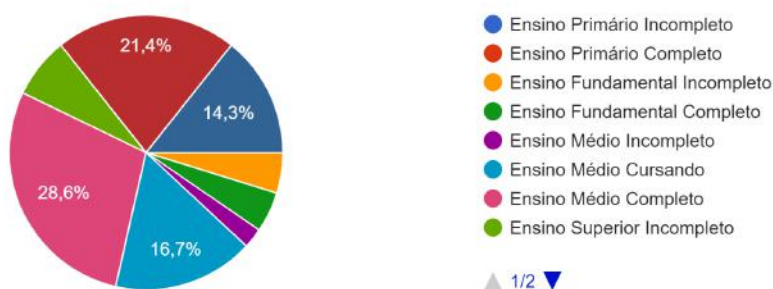


Fonte: Do autor

A escolaridade também foi um dado importante para entender a composição dos moradores e também diferentes perspectivas das pessoas que compõem a comunidade em seus mais variados aspectos sociais. Desse grupo, 28,6% completou o Ensino Médio, 21,4% está cursando o Ensino Superior, 16,7% está cursando o Ensino Médio, 14,3% possui Ensino Superior completo, 7,1% possui Ensino Superior incompleto, 4,8% tem Ensino Fundamental Completo e 4,8% tem Ensino Fundamental incompleto e 2,4% possui Ensino Médio incompleto.

Gráfico 3 - Qual seu grau de escolaridade?

42 respostas



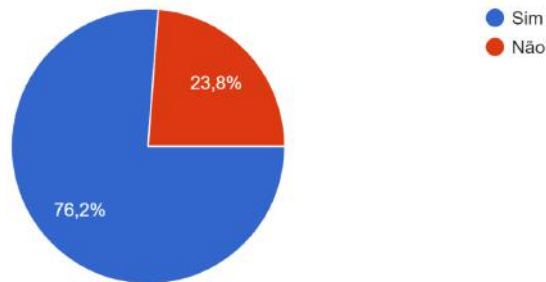
Fonte: Do autor

A Rocinha é uma favela composta por muitas pessoas vindas de diferentes regiões do país, principalmente com um fluxo migratório de nordestinos, que, desde a década de 70, vem se intensificando. Nesse sentido, a pesquisa também questiona se os moradores sempre moraram na Rocinha, pois é um dado importante para entender a dinâmica do território e de quem nele está inserido. Dessa forma,

possibilita demarcar possíveis comparações entre diferentes territórios e regiões sobre o impacto da segurança pública em suas vidas. Pelo questionário, tem-se que 76,2% sempre moraram na Rocinha e 23,8% mudaram para a favela, como representado no gráfico abaixo.

Gráfico 4 - Você mora na Rocinha desde sempre?

42 respostas



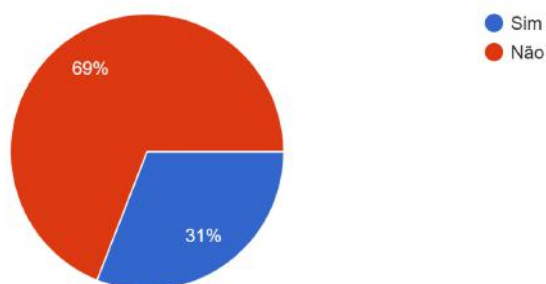
Fonte: Do autor

Aos que responderam que não moram na Rocinha desde sempre, colocou-se um espaço para detalhar o lugar onde moravam e o motivo da vinda para a Rocinha. Assim, das respostas apresentadas, nota-se que a maioria respondeu que veio para a Rocinha em busca de melhores condições de vida e trabalho, advindos da Paraíba, Maranhão, Ceará e Pernambuco.

Paralelo aos dados sobre o perfil dos moradores, perguntou-se posteriormente sobre violência policial. Esse assunto é fundamental para que se possa perceber como a atuação da polícia pode ser percebida pelos moradores. Sob esse aspecto, os moradores responderam o questionamento se já sofreram com violência policial. Tendo sido apresentado um resultado em que 69% dos entrevistados responderam que não sofreram qualquer tipo de violência policial e 31% responderam que já sofreram alguma violência policial. Um dos moradores detalha em poucas palavras como essa violência se perpetua há anos: “Em relação à violência policial, já fui abordado quando criança, indo para a escola”.

Gráfico 5 - Você já sofreu alguma violência policial

42 respostas



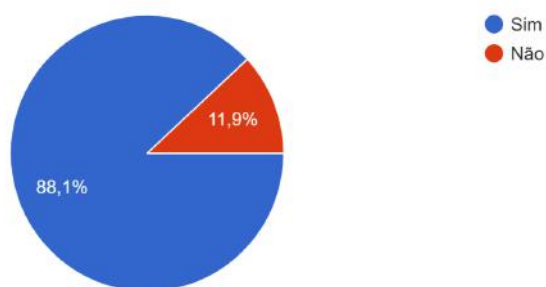
Fonte: Do autor

É imprescindível observar que desses 31%, que somam 13 respostas, 9 destes moradores são pretos ou pardos. O apontamento feito deve ser colocado, pois só confirma como o racismo estrutural determina a concepção de um perfilamento racial bem definido, em que o corpo periférico preto ou pardo é o que mais é vitimizado frente à violência policial imposta aos moradores de favela.

Desse modo, para entender a presença da polícia e do tráfico na Rocinha faz-se necessário verificar como esses dois organismos de controle da vida dos moradores se conflitam, pois o território favelado ainda é lugar de ocorrência de diversas operações policiais. Em 2017, a Rocinha vivenciou um grande conflito armado pelo comando da favela entre diferentes facções do tráfico. Nesse cenário, de iminente ataque da polícia e do tráfico, marginalizado e criminalizado pelo Estado, o morador precisa sobreviver. Na pesquisa formulada, foi perguntado se os moradores já presenciaram algum confronto entre a polícia e o tráfico na Rocinha. O resultado foi que 88,1% já vivenciaram algum tipo de confronto e apenas 11,9% não, demonstrando como os espaços periféricos são marcados pela violência.

Gráfico 6 - Você já presenciou algum confronto entre a polícia e o tráfico na Rocinha?

42 respostas

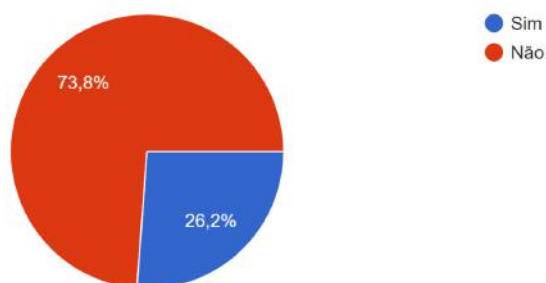


Fonte: Do autor

O controle social da polícia e do tráfico na Rocinha possui contornos bem especificados, além da marginalização histórica do espaço, o racismo é evidente. O racismo ambiental, por exemplo, cria esse lugar para a ocorrência das mais diversas formas de discriminação, separando a favela do verdadeiro bem-estar social, em que os seus moradores são afetados diretamente pelos impactos da falta de políticas públicas adequadas e pelas injustiças ambientais, como a falta de saneamento básico na Rocinha. Por esse viés, a pergunta sobre a ocorrência, como vítima, de algum episódio de racismo também foi objeto da análise. 73,8% responderam que nunca foram vítimas de nenhum episódio racista e 26,2% confirmaram que sim. No grupo que respondeu que já foi vítima de algum episódio de racismo, composto por 11 pessoas, notou-se que todos os 11 moradores são compostos por pessoas pretas e pardas.

Gráfico 7 - Você já foi vítima de algum episódio de racismo?

42 respostas



Fonte: Do autor

Para aprofundar sobre esses episódios, questionou-se em quais situações os moradores foram vítimas de racismo. Dentre as respostas, tem-se exemplos do racismo em suas diversas formas, seja individual, institucional e recreativo. Um dos moradores responde que “foi numa loja no shopping localizado no São Conrado. Os funcionários ficaram seguindo meus amigos e eu pela loja”. Outro responde que foi vítima “no shopping com meu filho, por ele ser branco fui destrutada e caluniada, me colocaram no lugar de babá e que o local era apenas para mães”.

Alguns responderam que já foram vítimas em diversos meios que frequentam, como em idas ao shopping para comprar roupas de Natal; entrevista de emprego e até mesmo em situações com consequências físicas violentas como na resposta do morador que detalha: “minha mãe foi agredida pela polícia e eu fui ajudá-la e eles me empurraram e levaram nós duas para a delegacia minha mãe algemada e no carro da polícia”. Percebe-se que os episódios de racismo vivenciados pelos moradores são apontados em diferentes instâncias, o que demonstra como o racismo é estruturado na sociedade.

Outros dois moradores destacam que foram vítimas de racismo durante suas viagens nas vans que circulam a comunidade. O primeiro morador descreve que os episódios “geralmente acontecem nas abordagens. Aconteceu várias vezes de está dentro da van e ao vistar o veículo somente eu e outros negros foi solicitado a descer para uma revista mais pessoal”. O outro morador detalhou:

Foi em uma Van da Rocinha, diante de todos os trabalhadores presentes, eles me retiraram da van, só tiraram eu! Meu amigo branco tava do meu lado, estava com droga, mas eles mandaram apenas eu descer da van para a revista. E ficaram com vontade de me bater sem eu ter feito nada.

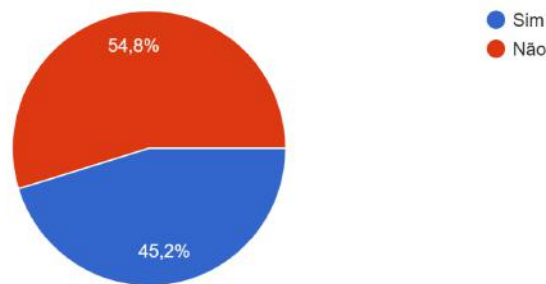
O racismo por vezes é recreativo, ocorre simplesmente pela justificativa de uma satisfação de superioridade e necessidade de subjugar outros corpos. Nesses relatos dos moradores, notadamente o racismo se apresenta de maneira intrínseca ao controle social em que o povo negro está submetido.

As abordagens policiais acontecem frequentemente nos entornos da Rocinha e de outras favelas cariocas, com a justificativa de averiguar a posse indevida de armas ou drogas. A estratégia apontada condiciona mais ainda a operacionalidade da polícia

no controle social na Rocinha. Consoante a isso, foi perguntado se já aconteceu de ser parado pela polícia na Rocinha ou em São Conrado, bairro que se localiza na divisa com o morro e de acesso à praia de São Conrado, muito frequentada pelos moradores da favela. A pesquisa apontou que 54,8% responderam que nunca foram parados e 45,2% responderam que sim.

Gráfico 8 - Você já foi parado pela polícia na Rocinha ou São Conrado?

42 respostas



Fonte: Do autor

Em referência àqueles que afirmaram que já foram parados pela polícia na Rocinha ou São Conrado compreende-se que desses 45,2% que constituem 19 pessoas, 13 destes são pretos ou pardos, mais que o dobro dos moradores brancos que já foram parados pela polícia. Nota-se mais uma evidência de como o racismo se perpetua no cotidiano periférico.

Por fim, solicitou-se que os moradores respondessem com suas opiniões a respeito da presença da polícia (UPP) e do tráfico na Rocinha. Por meio deste formulário de registro das experiências dos moradores frente ao controle social da polícia e do tráfico pode-se compreender diferentes fenômenos sociais, como a desigualdade, o racismo e a atuação estatal.

Perante a análise das 42 respostas recolhidas, há possíveis interpretações e acumulações que são contundentes para entender como o controle social afeta a vida dos moradores. Sobre a presença da UPP na Rocinha, quando perguntado sobre a opinião dos moradores a seu respeito, de imediato, a resposta “não” é a mais comum entre todas. Esse “não”, pode ser melhor justificado pelas outras respostas dos moradores.

Uma das primeiras respostas coloca que “Não, até porque a UPP não tem autoridade em certos casos que acontecem e não se disponibiliza a ajudar quando pode”. Outro morador, de forma veemente, escreve que “Óbvio que não! A gente se organiza, no propósito de cumprir o papel de cidadão, mas, de repente, a violência policial interrompe a nossa rotina”. Essa conexão da UPP com a violência deveria não fazer sentido, já que em seu próprio nome concentra o objetivo esperado de “pacificar”, mas que, pelo visto, apenas corrobora com a noção de que a presença da polícia no território é muito mais repressora que protetora. Em umas das respostas, se comenta: “os moradores se sentem mais oprimidos e inseguros pela UPP que protegidos”, revelando-se como a realidade apresentada é distante daquela pretendida com a política de instalação da UPP na Rocinha.

“Muda nada o tráfico continua normalmente, UPP foi só uma maquiagem pra eles arrancarem mais dinheiro do governo”. Essa resposta revela muito o que se percebe quando se debate sobre o projeto das UPPs no Rio de Janeiro, que para para Marielle Franco (2014, p. 46) é uma “base utópica” de combate ao tráfico de drogas, apenas indica mais um projeto de policiamento das favelas. O caso da Rocinha é um exemplo nítido dessa não realização, pois a presença do tráfico ainda é constante em todo o morro. Para outro morador, o descumprimento da função da UPP é também perceptível, na medida em que “a população fica à mercê do crime organizado e do Estado”. Esse entendimento demonstra como o controle social por meio da polícia e do tráfico apenas colabora para uma desordem social em que o próprio Estado intensifica práticas de coerção.

A segurança pública deveria ser melhorada com a instalação, mas o que se percebe com a avaliação dos moradores é que a UPP não melhorou em nada. Em outra resposta, a justificativa para tal inutilidade se deu que “o tráfico já tomou conta de tudo”, em um caminho que parece difícil de ser combatido, já que o poder do tráfico na Rocinha é bastante intenso e enraizado.

A maioria das respostas mostra que a relação da UPP com a segurança pública é bastante irrelevante, colocada, por vezes, como sua presença desnecessária. Em apenas duas respostas se constatou que a presença da UPP é dada como

importante e funcional. Nas demais, é evidente como os moradores veem a atuação da UPP na Rocinha, sendo identificado um papel que se dá de “forma decorativa”, como apontado pelo morador, onde dentro da comunidade é que mais prejudica e ainda se beneficia. Um dos moradores cita que a corrupção da polícia na favela também altera a concepção originária da ideia da UPP, em que “conseguem um dinheiro a mais com uma corrupção conhecida como ‘arrego’ que é o tratado de paz entre a polícia e o tráfico”.

A pauta da segurança pública é uma questão fundamental para o avanço nas políticas públicas para os moradores, mas que se encontra em um caminho totalmente inverso ao que deveria ser. O exemplo da territorialização da polícia e do tráfico na Rocinha é notado por um dos moradores em sua resposta quando destaca que: “por residir na parte baixa, vejo a presença de patrulhas apenas nas principais entradas da comunidade”. Essa divisão do controle social sobre os moradores implica na forma como a vida acontece na Rocinha, em que há certa liberdade de atuação da polícia e do tráfico sem a efetivação real da função social que o Estado deveria garantir para a polícia.

Desse modo, é importante observar como os moradores analisam a presença do tráfico na Rocinha. No questionário, como última pergunta, o pensamento sobre o tráfico levou a respostas bem mais aprofundadas que a pergunta anterior referente à UPP. Em uma das respostas, o morador aponta:

Penso que não é algo que vá ser eliminado facilmente. Na verdade, é impossível ter 100 por cento de certeza. O tráfico é ruim? Claro. Mas se não fosse isso, muitos moradores da Rocinha não teriam condições para morar lá devido as taxas e impostos governamentais, que devido ao tráfico não são totalmente impostas aos moradores. Mas é claro que não quero criar meu filho em um ambiente com drogas e armas sendo tão explicitamente mostradas. Acredito que uma forma de ganhar seria criar lugares exclusivos para essas atividades criminosas: venda de drogas, não tão amstra. O mesmo vale para os "guardas" armados.

A resposta acima revela como o tráfico está bem estruturado na Rocinha, em que se percebe que até mesmo é sugerido uma alternativa para a sua melhor convivência com os moradores. Revelando também como a ausência de uma economia política voltada para a população menos favorecida permite com que o crime organizado se alimente dessa vulnerabilidade social, como notado por um

morador que expõe que “a presença do tráfico é consequência da ação e da omissão do estado e da elite política e econômica nas regiões periféricas”. Essa omissão do Estado permitiu com que o tráfico se estabelecesse no momento em que invisibiliza e enfraquece as camadas populares, deixando de investir em políticas públicas na favela.

Ainda, o armamento intenso por entre os becos, ruas e vielas “explicitamente mostradas” cria um ambiente onde os filhos dos moradores crescem com essa imagem de guerra nas ruas, naturalizando a atividade criminosa que “infelizmente é algo que como morador desde quando nasci você acaba se acostumando”, expõe um morador. Uma situação que confirma a ineficácia ou o descaso estatal com a favela, violentando os corpos periféricos com a falta de intervenções de melhoria de vida para o povo. Ademais, outro detalha as consequências da presença do tráfico:

A imagem que o tráfico trás para as favelas é péssima, fazendo com que moradores e pessoas da região sintam medo do próprio bairro aonde moram. Atrapalha o cotidiano de moradores nas situações de conflitos, e amedronta moradores como crianças que crescem nesse meio de marginalização.

A marginalização apontada é parte de uma lógica do Estado, em que o poder do capital aparece como principal fator de diálogo, sem se dar conta que a verdadeira realidade impera fora do desenvolvimento burguês, onde a favela é quem movimenta a infraestrutura econômica, como força produtiva do trabalhador que alimenta a elite dominante e que é ao mesmo tempo explorada e escravizada por ela (SILVA, 2010).

Há consequências ainda mais diretas nas vidas dos moradores, como salientado:

Já perdi aulas, dias de trabalho e já tive minha casa alvejada, já entrou bala pela minha janela. Muitos jovens são atraídos e muitas vidas são perdidas, inclusive de moradores inocentes. Mas o tráfico existe com a conivência (pra dizer o mínimo) da polícia e do estado. Operação em favela não vai acabar com o tráfico. É só um circo.

O “circo” que o morador se refere é também aquele televisionado, onde a Mídia utilizada cotidianamente da violência nas favelas para ganhar audiência. Os telespectadores assistem a um genocídio do povo preto e pobre que se evidencia em

cada operação policial, ou melhor em cada espetáculo de dor e sangue, onde mais uma criança preta da favela é assassinada pelo Estado.

A Rocinha passou em 2017 por uma troca de gestão do tráfico na favela, essa movimentação violenta que foi marcada por intensa troca de tiros e mortes marcou a vida dos moradores. Um deles responde sobre essa nova facção, o Comando Vermelho, e como isso impacta no dia a dia afirmando que “ É horrível e agora que mudou de facção piorou (terra sem lei) agora roubam, matam e ninguém faz nada. É baile todo dia bem dizer nem dormir podemos”. Nesse mesmo sentido, outro morador narra que:

A impressão que dá é que a nova facção é mais desorganizada, muitos jovens no tráfico, que passam uma sensação de desrespeito ao morador, coisa que não acontecia na gestão passada. Ou seja, hoje em dia eu diria que a presença incomoda, apesar de saber que o tratamento da polícia com o morador é pior. A maior vantagem continua sendo a sensação de segurança em relação à roubos, apesar desse número de casos também ter aumentado em relação à gestão passada.

A segurança que o tráfico emprega na Rocinha e em São Conrado, com a política de não roubar na favela, sustenta um panorama de sensação controlada, em que o morador pode andar livremente sem se sentir amedrontado em ser assaltado. Essas “vantagens” alimentam a estrutura do tráfico e potencializam o seu domínio territorial e imaginativo.

Essa mudança também é percebida nos hábitos dos moradores, em que o controle social do tráfico é tão profundo que afeta diretamente a qualidade de vida de quem cresce na favela. Uma mãe moradora da Rocinha explica que “por causa do barulho, não podemos dormir, estudar, sem falar no aumento de lixo. Houve um tempo que os meus filhos brincavam até tarde da noite, iam e voltavam da escola sozinhos. Hoje, isso não é possível aos meus netos”. As condições sociais de bem-estar físico, social e ambiental parecem ter se alterado com o aumento da violência e a forma como o tráfico vem agindo na Rocinha.

A cooptação de jovens e adultos, sobretudo negros, para o tráfico é marcada pelo processo de marginalização desses corpos. Em que o racismo estrutural condiciona a uma escolha quase de sobrevivência, onde a presença estatal garantidora

de direitos se faz ausente. Essa relação inconstitucional sobre quais corpos devem ou não ter acesso ao bem-estar social confirma uma lacuna histórica em que a reparação social parece não ter avançado o suficiente. Um morador ilustra essa configuração racista do Estado em que “muitos jovens são influenciados desde cedo a seguir esse caminho, muitos por necessidade e outros pelo lado da ambição”.

As cobranças na favela também são relatadas, um morador questiona “o absurdo é cobrarem algumas coisas dentro da favela. Aumentando o preço e fazendo o morador pagar mais caro. Como exemplo do gás de cozinha, ônibus escolar, mototáxi”. Esse tipo de controle sobre os produtos comerciais caracteriza essa ideia de que o comando do tráfico governa a Rocinha, impondo sua própria lei, em uma convivência quase invisível do Estado. Há, na verdade, uma confusão sobre qual tipo de Estado realmente está presente na favela. Outro morador responde bem nesse sentido, onde aponta que a presença do tráfico “ muitas vezes faz o papel que o Estado deveria estar executando, porém sem uma justiça devidamente correta como todos têm direito”.

“Me parece que os traficantes que estão vindo de outras regiões do RJ ou de fora do estado têm menos respeito pelos moradores”, relata um morador. O respeito é um dos vieses que mais aparecem nas respostas sobre a presença do tráfico na Rocinha. O que se percebe é que há uma diferença nítida entre o tratamento da polícia e do tráfico em relação aos moradores. Enquanto a polícia é violenta em suas ações de controle, o tráfico domina seu espaço por meio do respeito, ou pelo medo de seu tribunal, o que impacta na forma como os moradores distinguem um do outro.

O avanço do domínio do tráfico também toma contornos enquanto sua expansão é diariamente mais vislumbrada pelos moradores não só nas vielas e becos, mas também nas ruas mais movimentadas, como destaca um dos moradores: “o tráfico tem sido cada vez mais ‘visto’ em áreas de âmbito comum no morro, antes eles ficavam apenas nos becos e agora eles ficam em áreas mais movimentadas”, identificando como o controle social do tráfico tem ganhado mais força dentro da Rocinha.

No entanto, para alguns moradores a presença do tráfico é benéfica, pois veem o crime organizado como o poder paralelo que melhor organiza a dinâmica da favela. Um morador acentua que “é melhor o tráfico comandando do que a polícia ou miliciano”. Outro relata “apesar de não ser algo bom, ele tem contribuído muito mais com as favelas do que o estado”. Em outra resposta sobre a presença do tráfico, outro morador aponta:

Necessária para o funcionamento da ordem e para garantir o mínimo direito dos cidadãos presentes na comunidade, embora é claro que o exercício da função dos traficantes talvez não seja correto de acordo com o parâmetro que temos de uma possível "sociedade ideal".

Pensar a criminalidade como algo benéfico parece contraditório, mas para quem vive nas favelas, onde o abandono do Estado já é evidente, com a insuficiência de políticas públicas, o papel do tráfico acaba se potencializando como um agente regulador das normas sociais, que impactam o funcionamento da vida nesses territórios. O tráfico, na visão de muitos moradores, é quem sustenta a ordem social na favela. Em uma das respostas, um morador narra:

É bem de boa, na verdade quem realmente faz a justiça, e as leis da favela é os traficantes. Entregam cestas básicas e ajudam famílias necessitadas dentro da comunidade. São vilões para o sistema, e heróis nas comunidades. Infelizmente a realidade dentro das comunidades são outras.

Essa realidade que o morador nos relata, parece não fazer sentido quando se pensa o tráfico como um instrumento de poder criminalizado e violento, mas o que se percebe com essa experiência e também com a vivência da rotina diária na Rocinha é que o tráfico possui um papel não só no comando do comércio de drogas na favela, como também é socialmente presente, em um ambiente onde sua atuação é aceitável por uma parcela da população.

As regras do tráfico são bem esclarecidas entre os moradores, já que eles apresentam comportamentos de obediência pelo medo aos ditames que são impostos no seu convívio diário com o crime organizado. Esse controle do tráfico é regido pelo poder somente com a sua presença, como adianta um morador o "poder territorial, mesmo com a presença da UPP sabemos que existe o poder do tráfico lá e que na verdade são eles que criam as ‘regras’ do local”.

“Eu vejo como um poder político paralelo. Uma consequência nítida do capitalismo”. Essa frase de um morador como resposta à pergunta final do questionário sintetiza e explica um pouco como esse controle social do tráfico chegou a esse ponto. O sistema capitalista impulsionador da estratificação da sociedade manipula os espaços em prol de uma economia que não pensa a realidade, que se preocupa com a manutenção do poder e se afasta do que é igualdade.

Os anos de “chumbo” parecem não terem sido cessados na Rocinha, é o que pensa o morador ao relatar:

Parece uma ditadura, e a gente se vê preso nesse contexto. Não podemos manifestar-se sobre a presença do tráfico, e quão prejudicial é em nosso cotidiano, por conta de tiros, mortes ou crianças/adolescentes envolvidos, e se fizermos isso, seria capaz de perdemos a nossa vida ou dignidade, tanto pela UPP ou pelo comando. Nós somos expostos e afetados com a presença da própria polícia e o comando, de maneira ruim. A parte boa é que, não temos visto mais pessoas negras morrendo na mão da polícia, mas é lamentável ver as mesmas na mão do comando - e mesmo assim, correndo risco de perder a vida.

6. EDUCAÇÃO POPULAR RUMO AO DESCONTROLE SOCIAL NA ROCINHA

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

A presença de pré-vestibulares sociais na Rocinha e em toda a cidade do Rio de Janeiro implica que a educação municipal e estatal é ineficiente, pois a necessidade desses cursinhos populares advém da falta de uma formação básica suficiente para que os estudantes de baixa renda consigam acessar as universidades. O direito à educação garantido constitucionalmente se esbarra na qualidade de ensino oferecido aos estudantes de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro, além das dificuldades enfrentadas desde a matrícula nas creches até a permanência no ensino médio.

Essa realidade da educação é também percebida no caso da Rocinha, em que o sonho da universidade é por vezes deixado de lado para que se consiga um emprego para ajudar dentro de casa. Em meio há aproximadamente 70 mil habitantes, segundo os dados do censo do IBGE de 2022, há quase 30 anos o Pré-vestibular Comunitário da Rocinha (PVCR), iniciativa sem fins lucrativos, vem sendo um agente de transformação social na vida de centenas de jovens e adultos que buscam ingressar em uma universidade, mesmo em meio a um ambiente controlado e marginalizado.

O PVCR, atualmente localizado no Boiadeiro, sub-bairro em que o tráfico possui um enorme predomínio, funciona diariamente de segunda a sexta, através da ajuda de voluntários, formados em sua maioria por moradores da Rocinha, que coordenam e levam a educação popular para a sala de aula e também para fora dela. O PVCR iniciou suas atividades em 1994 e desde então vem sendo uma organização referência em educação popular, colocando muitos estudantes nas universidades todos os anos.

Minha relação com o PVCR vem desde minha chegada na Rocinha em 2019, já no final daquele ano me inscrevi como monitor no projeto, iniciando a atuação em março de 2020, mas, infelizmente, sendo interrompida pela pandemia de Covid-19. Desde então, já atuei como professor de Redação, coordenador geral e atualmente voltei para a monitoria. Nesses anos de atuação no pré, vi dezenas de jovens e adultos sendo aprovados em universidades, como a UERJ, UNIRIO, UFRJ e IFRJ. Um deles, destaco aqui, pois é um exemplo de perseverança, onde aos 58 anos de idade, a Dona Rizonete, uma das alunas da turma de 2020, foi aprovada em Pedagogia na UERJ.

Além dessa iniciativa, também em funcionamento há 3 anos a unidade da Rocinha da Rede de Educação Popular Só Cria vem atuando, de forma gratuita, na comunidade, localizada no Espaço Comunal Elizia Pirozi no final da Casa da Paz, em que dezenas de estudantes da comunidade frequentam aulas de segunda a sexta para se prepararem para os vestibulares e acessarem as universidades.

A Rede de Educação Popular Só Cria é um projeto popular, que comunitariamente visa criar vínculos com os moradores de favela e ser instrumento de

luta e de acesso para uma formação que possibilite não só colocar mais “crias” nas universidades, mas também formar criticamente e pautar uma visão ampliada da educação como impulsionadora de mudanças, dando voz àqueles que menos são escutados. Desde 2022, eu faço parte desse movimento como militante das Brigadas Populares, movimento no qual a Rede Só Cria se organiza, atuando na coordenação de comunicação e atualmente como um dos coordenadores na Rocinha.

A Rede de Educação Popular Só Cria tem como principal objetivo promover o acesso das favelas às universidades e outros espaços historicamente negados à população favelada. Presentes não só na Rocinha, mas também na Barreira do Vasco, em São Cristóvão e no Centro do Rio, oferecemos aulas, atividades de extensão, formações e grupos de acolhimento. Nosso foco é compartilhar conhecimentos que se conectem com a prática diária, a realidade das favelas e as vidas de todos os envolvidos, voluntários e estudantes. Além de preparar nossos alunos para o Enem e outros vestibulares, buscamos promover uma Educação Popular onde o conhecimento crítico da realidade emerge das vivências de todos os participantes desta iniciativa.

Nosso trabalho vai além da sala de aula. Através da organização popular, incentivamos nossos estudantes e voluntários a intervirem ativamente na realidade da favela, da cidade e do país. Realizamos mutirões, saraus, visitas, intervenções artísticas e outras ações que, através da reflexão, organização e ação coletiva, buscando transformar a realidade. Nosso objetivo é claro: queremos ver os jovens das favelas não apenas ingressando na universidade, mas também contribuindo para criar um mundo novo e mais justo.

O Só Cria surge da fusão do Movimenta Rocinha e das Brigadas Populares, dois movimentos sociais ativos na Rocinha. Nosso projeto nasceu com a missão de ser um movimento de organização popular, lutando pela transformação da sociedade e oferecendo novas perspectivas para os favelados, que enfrentam maiores desafios devido ao abandono estatal. Dados de pesquisas recentes destacam a baixa média de escolaridade na Rocinha e a necessidade urgente de instrumentos comunitários para melhorar o acesso à educação, especialmente ao ensino superior. Em pesquisa realizada em 2011 pela FGV, constatou-se que a Rocinha possuía média de escolaridade de 5,1 anos, a mais baixa entre todas as regiões administrativas do Rio de

Janeiro. Em estudo de 2016 do CESEC, nas favelas cariocas que contavam com UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), entre as quais se inclui a Rocinha, apenas 2,3% da população com mais de 16 anos possuía ensino superior, enquanto 26,9% possuía ensino médio completo ou superior incompleto, em comparação com 33% de toda a população do município. Na época, esses dados nos apontaram uma demanda importante de construir instrumentos comunitários que contribuam para a situação da Educação na comunidade, em especial para o acesso dos nossos estudantes ao ensino superior, que se tornou possível graças a parceria com o CIEP – AYRTON SENNA, que cedeu seu espaço para nossa primeira turma e ao apoio do seu Grêmio Estudantil.

Desde nossa inauguração, enfrentamos desafios significativos, como a violência policial na véspera do nosso primeiro evento, que resultou em um protesto e tiroteios. Demonstrando resistência, decidimos manter nossas atividades, destacando que a educação é nossa arma contra a insegurança pública. Ao longo dos anos, celebramos conquistas importantes, como a primeira aprovação no vestibular de uma de nossas alunas, a jovem Korê, pertencente à nação Canela, originária do estado do Maranhão, passando para Educação do Campo na UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro), resgatando e valorizando sua cultura.

O reconhecimento público também nos acompanha, como na homenagem recebida na Alerj, que destaca nosso compromisso com a educação popular, com o prêmio Carolina Maria de Jesus. Ademais, com a pandemia de COVID-19 intensificou as desigualdades sociais, levando-nos a implementar uma plataforma de ensino remoto e fornecer suporte psicossocial e alimentar aos nossos alunos. Apesar dos obstáculos, expandimos nosso trabalho para outras comunidades e inauguramos uma nova unidade do pré-vestibular popular na Barreira do Vasco.

Hoje, após anos de esforço e dedicação, o pré-vestibular popular Só Cria tem seu próprio espaço na Rocinha, o Espaço Comunal Elízia Pirozi, nomeado em homenagem a uma educadora local dedicada à alfabetização na favela. Este espaço simboliza nossa luta, memória e a construção coletiva de um futuro mais promissor. Neste ano, o Espaço completou 3 anos de existência na comunidade, com diversos aprovados nos mais diversos cursos e universidades do Rio de Janeiro.. A Rede Só

Cria leva como lema “Por uma educação popular, Só Cria no vestibular” com a ênfase de colocar mais pessoas da favela, sobre pessoas pretas, nas universidades.

Esses dois instrumentos de mobilização da educação popular na Rocinha dão base para a realização dos sonhos de jovens e adultos moradores da favela. O controle social imposto já não consegue penetrar nas paredes desses espaços, a não ser pelo som alto em dias de baile, pois é no Boiadeiro e na comuna que a educação popular vem ganhando força e se expandindo para dentro da Rocinha, criando um descontrole que afasta jovens da criminalidade e cumprindo o papel que o Estado não quer exercer. O poder transformador da educação muda estruturas, combate o racismo e enfrenta o controle social da polícia e do tráfico através do conhecimento.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a favela e viver nela possibilita que se perceba a verdadeira realidade brasileira sobre a qual o capitalismo nos vincula, pois é na favela que as políticas públicas sociais do Estado menos são aplicadas. A Rocinha, por exemplo, é uma favela carioca em que a falta de saneamento básico, as moradias impróprias, a falta de educação de qualidade e a questão da segurança pública implicam nesse olhar desigual marcante. Nesse sentido, percebe-se como o poder da polícia e do tráfico encontram um ambiente favorável para controlar a vida dos moradores da favela, já que a criminalização da pobreza ocorre desde antes pelo próprio Estado com essa necropolítica dominante.

O racismo estrutural intensifica e cria essa estrutura de poder pautada na violência e no cerceamento da liberdade de quem vive na Rocinha. A contínua presença dos traficantes nos becos juntamente com a dinâmica de ação policial empregada na favela justificam esse lugar de manipulação dos corpos periféricos de acordo com seus interesses. E esse controle intenso da vida vai se prolongando com a perpetuação desses agentes.

É nesse espaço rico em diversidade cultural e social que se percebe como o controle social impacta diretamente a vida dos moradores. Os direitos constitucionais

acabam sendo deixados de lado e as regras de convivência são diferenciadas pelo próprio ambiente. Em consequência a isso, a violência vai se expandindo e frequentemente sendo naturalizada. O poder constituído impõe uma pressão social enquanto a educação popular vai resistindo aos comandos repressivos.

A presença da UPP e do Comando Vermelho na Rocinha tende a caminhar por mais longos anos, pois as tentativas de combate à violência pela polícia tomaram forma em sua própria estrutura interna. A pacificação é, na verdade, um projeto de violência aos moradores da favela e o comando do tráfico se junta nesse embate de forças cada vez mais letal e opressor.

Na encruzilhada do poder, a manifestação de quem manda na Rocinha não mais importa, pois o morador vê cada vez mais sua vida controlada por todos os lados. A emergência de uma mudança política de fomento na educação para as favelas é o caminho mais eficaz de combate a tanta violação de direitos. Enquanto o pobre for invisibilizado e o racismo imperar, a sociedade vai continuar nas mãos de quem nos controla. Nesse sentido, a educação popular toma forma como um caminho de contraposição a esse molde neoliberal que discrimina a favela e seus moradores, recriando e pensando um espaço por mais igualdade e por mais jovens e adultos nas universidades, como no exemplo dos pré-vestibulares comunitários que plantam a semente da resistência em meio a tamanha violência cotidiana.

Se a Rocinha fosse nossa, pertencesse aos moradores, de fato, se pudéssemos usufruir da verdadeira liberdade constitucionalmente assegurada, sem os agentes promotores de tamanhas violências, o cotidiano dos moradores seria outro. Pensar a favela como potência, conhecimento e cultura é reconhecer e construir caminhos possíveis para a libertação do seu povo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADPF 635. **MPRJ**, 2020. Disponível em: <<http://www.mprj.mp.br/adpf-635>>. Acesso em: 19 de set. de 2023.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALVES, Maria Helena Moreira; MOURA, Fernando; EVANSON, Philip. **Vivendo no fogo cruzado: moradores de favela, traficantes de droga e violência policial no Rio de Janeiro**. Editora Unesp, 2013.

AMAR, Paul. Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança. In: RAMOS, S.; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 229-281.

BATISTA, Vera Malaguti. **O Alemão é muito mais complexo**. 2011.

BATISTA, Vera Malaguti SW. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**. 2003.

BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. A evolução institucional da Polícia no século XIX: Inglaterra, Estados Unidos e Brasil em perspectiva comparada. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 4, n. 2, p. 30-47, 2010.

BEZERRA, Thays Alves. **Autos de resistência e violência policial**: estratégias utilizadas para negar a violência institucional no registro das mortes dos acusados na guerra contra as drogas em duas capitais brasileiras, Curitiba e Salvador. 2014.

BORGES, Viviane Trindade. Carandiru: os usos da memória de um massacre. **Revista Tempo e Argumento**, v. 8, n. 19, p. 04-33, 2016.

BOURDIEU, Pierre (1996), **Sur la télévision**. Paris: Liber.

BURGOS, Marcelo Baumann et al. **O efeito UPP na percepção dos moradores das favelas**. *Desigualdade & Diversidade*, v. 11, p. 49, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. **A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas**. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 14, p. 162-173, 2013.

CANO, Ignacio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. 7letras, 2007.

CARVALHO, Bárbara e CIMIERI, Fabiana. **Favelas do RJ têm quase 800 mortos em ações policiais desde que STF mandou restringir operações.** G1, 2021.

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/05/favelas-do-rj-tem-quase-800-mortos-em-acoes-policiais-desde-que-stf-mandou-restringir-operacoes.ghtml>>.

Acesso em: 20 de set. de 2023.

COTTA, F. A. **Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais.** Belo Horizonte: Ed. Crisálida, 2006.

CRUZ, Monique. **Violências Urbanas: Múltiplos cenários no RJ hoje.** Rio de Janeiro. Br Cidades, 2019.

DA SILVA, Luiz Antonio Machado. **Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas.** Mórula Editorial, 2020.

EHRlich, Eugen. **Fundamentos da sociologia do direito.** Tradução de René Ernani Gertz. Brasília: Universidade de Brasília, 1986.

EVARISTO, Conceição et al. A escrevivência e seus subtextos. **Escrevivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**, v. 1, p. 26-46, 2020.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.

FARIAS, Juliana et al. **Militarização no Rio de Janeiro:: da pacificação à intervenção.** Mórula Editorial, 2020.

FARIAS, Juliana. . **Governo de mortes: uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro.**1. ed.Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2020. 320p.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade.** Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: Nascimento da prisão.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRANCO, Marielle. **UPP – A REDUÇÃO DA FAVELA A TRÊS LETRAS**: uma análise da política de segurança pública do estado do rio de janeiro. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

GENI. **Grande Rio sob disputa: mapeamento dos confrontos por territórios**. Rio de Janeiro: Geni, 2024. Disponível em: <https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2024/06/Relatorio_Mapa_dos_Confrontos_Geni_ALT3.pdf>. Acesso em 15 de Maio de 2024.

GENI. **Por um plano de redução da letalidade policial e sua supervisão pelo Observatório Judicial sobre a Polícia Cidadã**. Rio de Janeiro: Geni, 2021. Disponível em: <https://geni.uff.br/wp-content/uploads/sites/357/2021/11/Relatorio-embragos_GENI_FOGO.pdf>. Acesso em 18 de Maio de 2024.

LANÇAMENTO: Dossiê Orçamentário - De olho na Alerj. **IDMJR**, Rio de Janeiro, 26 de Out. de 2023. Disponível em: <<https://dmjracial.com/2023/10/26/lancamento-dossie-orcamentario-de-olho-na-alerj-2/>>. Acesso em: 20 de Dez. de 2023.

LESSING, Benjamin. As facções cariocas em perspectiva comparativa. **Novos estudos CEBRAP**, p. 43-62, 2008.

GEERTZ, C. **A Interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2022.

GUIMARÃES, Ligia. Caso João Pedro: Quando o Estado mata nossos filhos a justiça não acontece, diz mãe do adolescente morto em operação policial. **BBC**, 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57121830>>. Acesso em 18 de maio. 2024.

MACHADO, Nara Borgo Cypriano. **Usuário ou traficante? A seletividade penal na nova lei de drogas**. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. n-1 edições, 2021.

MISSE, Michel; GRILLO, Carolina Christoph; NERI, Natasha Elbas. **Letalidade policial e indiferença legal: A apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011)**. Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, p. 43-71, 2015.

MISSE, Michel et alii. **Quando a Polícia Mata Rio de Janeiro: NECVU; BOOKLINK**, 2013.

MUSUMECI, Leonarda. Letalidade policial e pessoas desaparecidas no Estado do Rio de Janeiro, segundo os dados oficiais (2006-2018).

NEIVA, Gabriel Chavarry. **A Rocinha e a Cidade: território, memória e visibilidade em disputa. 2021**. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

NETO, Paulo Mesquita. **Violência policial no Brasil: abordagens teóricas e práticas de controle**. Cidadania, justiça e violência, p. 130-148, 1999.

PAULINO, Silvia Campos; OLIVEIRA, Rosane. **Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição**. Direito em Movimento, v. 18, n. 1, p. 94-110, 2020.

PERES, Maria Fernanda Tourinho et al. Tiro cruzado: as dinâmicas de violência armada letal envolvendo a juventude brasileira. **Revista USP**, v. 1, n. 129, p. 15-28, 2021.

RAMOS, Silvia et al. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. SILVA, D. N.

SANTOS, Milton. **O território e o saber local: algumas categorias de análise**. Cadernos Ippur, v. 2, p. 15-25, 1999.

SENAPPEN. Relatório de Informações Penais. Brasília: Senappen, 2024. Disponível em:

<<https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios/relipen/relipen-2-sem-estre-de-2023.pdf>>. Acesso em 13 de Abr. de 2024.

SILVA, Leonardo Xavier da. **Estado e políticas públicas**. 2010.

VALOIS, Luís Carlos. **O direito penal da guerra às drogas**. Editora D'Plácido, 2021.

VARELLA, Drauzio. **Estação carandiru**. Editora Companhia das Letras, 2005.

VELLASCO, I. de A. **As seduções da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça, Minas Gerais, séc. XIX**. Bauru: Edusc, 2004

WACQUANT, Lóic. **As duas faces do gueto**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. FGV Editora, 1998.

XAVIER, José Roberto Franco. Algumas notas sobre a entrevista qualitativa de pesquisa. **Pesquisar empiricamente o direito. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito**, p. 119-160, 2017.

\

ANEXOS

SE A ROCINHA FOSSE NOSSA - INFLUÊNCIA DA POLÍCIA E DO TRÁFICO NA ROCINHA

FALA, MORADOR!

A presente pesquisa visa captar a percepção dos moradores da Rocinha em relação ao convívio diário da polícia pacificadora (UPP) junto ao comando do tráfico na favela e, assim, entender como isso afeta suas vidas.

Os dados coletados neste formulário serão utilizados para fins acadêmicos, nos termos gerais da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - nº 13.709/2018)

** Indica uma pergunta obrigatória*

1. E-mail *

2. Qual área da Rocinha você mora? *

3. Com qual cor/raça você se identifica? *

Marcar apenas uma oval.

Branca

Preta

Parda

Indígena

Amarela (Pessoas descendentes de asiáticos, como chineses ou coreanos)

4. Qual seu grau de escolaridade?

Marcar apenas uma oval.

- Ensino Primário Incompleto
- Ensino Primário Completo
- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Cursando
- Ensino Médio Completo
- Ensino Superior Incompleto
- Ensino Superior Cursando
- Ensino Superior Completo
- Outro: _____

5. Você mora na Rocinha desde sempre? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

6. Se não, onde você morava e por que você veio morar na Rocinha?

7. Você já sofreu alguma violência policial? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

8. Você já presenciou algum confronto entre a polícia e o tráfico na Rocinha? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

9. Você já foi vítima de algum episódio de racismo? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

10. Se sim, poderia nos contar em qual situação isso ocorreu?

11. Você já foi parado pela polícia na Rocinha ou São Conrado? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. O que você acha sobre a presença da UPP e a segurança pública na Rocinha? *

13. Como você vê/pensa a presença do tráfico na Rocinha? *

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários